



CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ
ESTADO DE SÃO PAULO

Aprovado na Sessão Ordinária
de 4 19 18 por 14 F1 TC votos

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA LEVADA A EFEITO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ, REALIZADA AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZOITO, TERÇA-FEIRA, COM INÍCIO ÀS 18:00 HORAS......

“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”: Solicito ao 1º Secretário que faça a chamada dos nobres Vereadores. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”:** Pela ordem, Vereadores: Antônio Dirceu Dalben, Edgardo Cabral, professor Edinho, Dudu Lima, Fabinho, Fininho, Cláudio Meskan, Joel Cardoso, Hélio Silva, Décio Marmirolli, João Maioral, Willian de Souza, Ronaldo, Champam, Rudinei Lobo, Sebastião Correa, Sérgio Rosa, Ulisses Gomes, Ney do Gás, Valdir de Oliveira e Marcio Brianes. Com 12 Vereadores, há quórum para a abertura da Sessão, Presidente, **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Feita a chamada dos nobres Vereadores e havendo número legal, declaro aberta a Sessão Ordinária, do dia 28 de agosto de 2018, às 19 horas e 05 minutos. Solicito ao pastor Edgardo que faça a invocação a Deus e todos em pé, por favor. **“Vereador “Edgardo Cabral”:** Deus Pai, todo poderoso, em nome do Senhor Jesus, nós estamos na sua presença, pedindo a tua misericórdia, a tua compaixão para cada uma dessas pessoas que aqui estão, cada Vereador, cada internauta, pessoas presentes, enfim. Meu Deus, toma a direção, nos orienta o que devemos de fazer em prol de todas as pessoas. Abençoa a cada Vereador, cada uma família em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém! **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Passaremos a leitura das Correspondências recebidas no Expediente. Solicito ao 1º Secretário Vereador Décio Marmirolli, que faça a leitura das Correspondências. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”:** Dando sequência, leitura das Correspondências protocoladas-- **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Antes, porém, solicito ao Vereador Valdir de Oliveira que nos auxilie como Secretário ad hoc, nessa noite. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”:** Emenda Modificativa ao Projeto de Lei 133/17, de autoria do Professor Edinho; Temos também uma Emenda Modificativa ao Projeto de Lei número 22, Art. 3º, de autoria do Vereador Rubens Champam; Projeto de Lei 147/18, de autoria do Vereador Edgardo Cabral: “Que dispõe sobre a criação municipal de prevenção suicídio no Município de Sumaré e dá outras providências”; Temos também um Ofício do Governador, do Governo do Estado de São Paulo, de Protocolo 613.710/18, em resposta ao Ofício de Gabinete 361/18, que versa sobre Moção de Apelo, a não retirada do transporte especial do beneficiário do serviço especial Ligado, na região do Estado de São Paulo, Campinas, transcrevemos a manifestação da Empresa Metropolitana de Transporte – EMTU”; Boletim de caixa da Prefeitura Municipal de Sumaré, de número 64 a 84, referente à 02/04/2018 a 30/04/2018; Boletim de caixa da Prefeitura Municipal de Sumaré, de número 85/18 a 106/18, referente à 02/05/2018 a 31/05/2018; Boletim de caixa - Prefeitura Municipal de Sumaré, de número 23/18 a número 40/18, período 01/02/18 a 28/02/18; Boletim de caixa - Prefeitura Municipal de Sumaré, número 41/18 a 63/18, referente ao período 01/03/2018 a 31/03/2018; Boletim de caixa - Prefeitura Municipal de Sumaré, número 01/18 a 22/18, referente ao período de 02/01/2018 a 31/01/2018; Boletim de caixa - Prefeitura Municipal de Sumaré, de número 107/18 a 128/18, referente ao período de 01/06/2018 a 30/06/2018; Temos um Projeto de Lei de número 148, de autoria: Prefeito Municipal de Sumaré, que solicita... Esse Projeto de Lei 17/18. Autoria: Prefeito Municipal. “Dá nova redação ao Art. 1º, da Lei Municipal 4.997 de 02 de julho de 2010”; Comunicado às Comissões Permanentes dessa Casa de Leis: Devido ao comunicado da Secretaria Municipal - administração -, informamos que no dia 29 a 31, quarta-feira, de agosto, o Plenário da Câmara de Sumaré não poderá ser realizada, tendo em vista a realização de reforma do piso. As reuniões da Comissão Permanente serão no dia 30 de agosto de 2018 e serão realizados no prédio administrativo desta Casa de Leis, localizada na Rua Dom Barreto, 1.294. Comissão de Justiça e Redação: Antônio Dirceu Dalben, Cláudio Meskan, Ronaldo Mendes. Às 14 horas; Comissão de Finanças e Orçamento: João Maioral, Marcio Brianes, Rudinei Lobo. 14h30; Comissão de Obras e Serviços Público e Atividades Privadas: Valdinei Pereira da Silva, Valdir de



Oliveira e Warlei de Faria. 15 horas; Comissão, Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Lazer e Turismo: Edivaldo Teodoro, Willian de Souza e Sérgio Rosa. 15h30; Comissão de Meio Ambiente: Ulisses Gomes, Sebastião Alves Correa, Fábio Ferreira dos Santos. Às 16 horas. Temos também um Ofício, recebido da Câmara Municipal de Indaiatuba, que, em virtude do período eleitoral, não iremos ter reuniões do Parlamento Metropolitano, nos meses de setembro e outubro, retomando os nossos trabalhos no dia 09 de novembro de 2018, cidade a ser definida, informada a todos em breve. Terminada a leitura dos documentos protocolados nessa Casa de Leis e os mesmos se encontram sobre a Mesa Diretora, à disposição dos Srs. Vereadores. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Passeamos agora à leitura das Indicações. Solicito ao Vereador Valdir de Oliveira que faça a leitura. **“Vereador “Valdir de Oliveira”**: Indicação 2674 - Vereador Valdir de Oliveira: Operação tapa buraco; Indicação 2675, 2676, 2677 e 78 - Vereador Rudinei Lobo: Recapeamento; Indicação 2679 a 2685 - Vereador Edgardo José Cabral: Diversos; Indicação 2686 e 2687 - Vereador Edgardo José Cabral: Solicitando restauração da iluminação; Indicação 2688 a 2697 - Vereador professor Edinho: Diversos; Indicação 2698 a 2702 - Vereador professor Edinho: Diversos; Indicação 2703 a 2708 - Vereador Edgardo José Cabral: Solicitação de implantação de redutor de velocidade; Indicação 2709 - Vereador Sebastião Correa: Instalação de faixa de pedestre; Indicação 2710 a 2714 - Vereador Marcio Brianes: Diversos; Indicação 2715 a 2721 - Vereador Cláudio Meskan: Diversos; Indicação 2722 a 2725 - Vereador Cláudio Meskan: Solicitando reparos na pavimentação; Indicação 2726 a 2735 - Vereador Eduardo Lima: Solicitando limpeza e reparos; Indicação 2736 a 2744 - Vereador Eduardo Lima: Diversos; Indicação 2744 a 2748 - Vereador Eduardo Lima: Solicitando reparos na iluminação, sinalização, e pintura de lombada; Indicação 2749 a 2755 - Vereador Ronaldo Mendes: Diversos; Indicação 2756 e 2757 - Vereador Sérgio Rosa: Solicitando reparo na camada asfáltica; Indicação 2758, 2760 - Vereador Dr. Rubens Champam: Diversos; Indicação 2761 a 2768 - Vereador Willian Souza: Reparos de pavimentação, instalação de redutor de velocidade. Feita a leitura, Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Obrigado, Vereador. Coloco em votação a Ata da Sessão Ordinária do dia 21 de agosto de 2018. A Ata está em votação. A Ata está em votação. Vereadores, fazer o seu voto na Ata. Treze votos favoráveis, cinco não, está aprovada a Ata. Passaremos agora à leitura, discussão e votação dos Requerimentos apresentados pelos nobres Vereadores. Solicito ao 1º Secretário que dê início na leitura. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: Bom, Requerimento de número 150, de autoria: Marcio Brianes. “Que solicita informações referente à dificuldade das vans escolares deixarem de retirar crianças na Escola Municipal Flora Ferreira Gomes”. **“Vereador “Willian Souza”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Willian Souza. **“Vereador “Willian Souza”**: Solicito que esse documento não seja lido e seja votado apartado. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Com o pedido do nobre Vereador, eu coloco o Requerimento em votação. **“Vereador “Marcio Brianes”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Marcio Brianes. **“Vereador “Marcio Brianes”**: Gostaria de pedir aos nobres Pares, que pudesse votar a favor desse Requerimento, tendo em vista que esse Vereador já fez inúmeras Indicações, já estive lá no local com o meu amigo, grande amigo, Secretário de Mobilidade Urbana - o Marinho -, outros assessores, que ele pediu para que fosse lá ver o problema. A dificuldade lá é que, após a inauguração daquele terminal - que a gente chama de elefante branco do Governo do Estado -, mudou-se o trajeto da rua. Lá era mão dupla, Vereador Décio Marmirolli, agora só ficou mão única. E as vans escolar tem que parar do lado direito e os motoristas tem que descer da Van, fazer uma fila com as crianças e atravessar a rua. E ali, pela manhã, pelas 7 horas da manhã, sai os articulados, aqueles ônibus articulados do terminal, colocando em risco a vida das nossas crianças. Então, a única coisa que eu estou pedindo, é para que, se o Secretário de Mobilidade Urbana pudesse ir lá e fazer a mão virar mão dupla de novo, porque aí, a Van para com a porta do lado direito da escola,



e aí as crianças desce com segurança. Então, se os nobres Pares pudessem votar nesse Requerimento, eu agradeço. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Está em discussão. **“Vereador “Willian Souza”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Questão de ordem, Vereador Willian Souza. **“Vereador “Willian Souza”**: Sr. Presidente, somos completamente a favor de toda e qualquer adequação. Lembrando que o terminal que foi construído, como o nobre Vereador Marcio Brianes disse, foi uma obra do Governo do Estado, que não tem participação da Prefeitura, uma obra que foi entregue ali com muito dinheiro, sem uma consulta popular. Inclusive, o Prefeito Luiz Dalben já fez vários Ofícios para EMTU, em nome da Prefeitura, que é gestora, aí de toda a rede de transporte público, pedindo várias adequações que o Governo do Estado não se atentou. Sobretudo, pode ser pertinente essa situação, mas não é matéria de Requerimento. Então, nós somos a favor dessa situação e que seja transformada em matéria de Indicação. Então, eu solicito aos nobres Vereadores, que acompanhem no voto contrário a esse Requerimento, para que a gente não tenha uma inflação ao Regimento Interno dessa Casa. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Eu coloco o Requerimento-- **“Vereador “Marcio Brianes”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador. **“Vereador “Marcio Brianes”**: Só para - talvez o Vereador Willian não se atentou -, eu já fiz várias Indicações e já levei até ao Secretário lá. Por isso que eu fiz Requerimento, porque agora para ficar formal mesmo, com o Requerimento. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Obrigado. **“Vereador “Marcio Brianes”**: É do Semur, que tem que fazer a pintura de solo. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Obrigado. **“Vereador “Rudinei Lobo”**: Questão de ordem, Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Vereador Ney, com a palavra, primeiro. Vereador-- **“Vereador “Rudinei Lobo”**: Primeiro, eu queria-- **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pode ser senhor mesmo. **“Vereador “Rudinei Lobo”**: Eu queria até concordar com o Vereador Márcio, ali, quando ele fala que aquilo lá é um elefante branco. Estivemos eu e o Vereador Valdir de Oliveira lá na EMTU, esses dias, por causa desse terminal. E a gente não tem como provar que o rapaz lá falou, porque eu não tenho costume de gravar ninguém - não é da minha índole -, e a conversa lá não foi gravada. Mas até o cara da EMTU falou que esse terminal foi feito no lugar errado, foi direcionado. Na época, eles queriam colocar, lá embaixo, perto da ponte do Maria Antônia, né, que está sendo construída agora. Aí, por um pedido da ex-Prefeita lá, pedido de algumas outras pessoas - ele falou o nome, mas..., né? Não é o caso aqui -. Levou naquela situação lá, aquela situação lá, está difícil. Até foi orientado, esses dias, através de uma reunião, que eu estive lá também, vendo, mais ou menos, essa situação que o Vereador Marcio Brianes disse, o Zinho, né? - Como é carinhosamente chamado -, ele me atendeu na Secretaria. E lá foi orientado, até a gente fizesse um Requerimento, via Governo do Estado, pedindo para desativar ele. Era até a orientação de que fosse, um dia - não sei de que jeito, de que forma que vai ser tratado isso -, que fosse mais provável uma desapropriação do Posto Borssato e colocasse lá. Lá, seria o lugar ideal, né? Mas, como o Vereador Willian disse, o tempo que eles vão demorar para poder responder o Requerimento, buscar a Indicação que foi feita, buscar todas as informações necessárias, é o tempo deles ir lá, e ver, realmente, através de um Ofício, a necessidade de fazer essa mudança, obrigado. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Vereador Ney, com a palavra. O microfone do Vereador Ney, João. **“Vereador “Ney do Gás”**: Falando um pouquinho do terminal, realmente é um elefante branco. Mas para quem mora ali na região do Viel, Amélia e Cidade Nova, usa aquele terminal. Então, alguns locais, até atrapalha o itinerário, pela demora, mas quem mora naquele centro ali usa. Então, eu acho que tem que rever algumas situações, não sei se é Municipal ou Estadual, mas já que está feito, tem que fazer usar, né? Não adianta tirar nesse momento, porque tem pessoas que usa. E tivemos muita cobrança lá, recentemente, que algumas linhas foram tiradas do terminal, favorecendo alguns bairros pela questão do tempo, mas quem está ali no terminal, que precisa do ônibus, está sendo prejudicado também. E falando do Requerimento do Vereador Márcio, eu



também já procurei o Zinho, porque temos muita reclamação, moro ali do lado da escola, temos muita reclamação, realmente, sobre a via da mão única da rua. Realmente, eu já procurei o Zinho, por esse mesmo problema. A perua para do lado contrário e tem que atravessar a rua. Eu acho que poderia fazer alguma situação ali, uma faixa elevatória, um semáforo para estudante até para amenizar essa situação. Não sei se é o caso do Requerimento, talvez uma Indicação, mas aí cabe a cada Vereador fazer a sua prerrogativa, mas poderia ver com bons olhos ali, um semáforo, uma faixa elevada para estar ajudando as crianças ali, que realmente é complicado. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: O Requerimento está em votação. **“Vereador “Willian Souza”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Willian Souza. **“Vereador “Willian Souza”**: Sr. Presidente, eu reafirmo o voto contrário a essa posição, pode até ter essa situação toda. Mas eu já disse, isso é matéria de Indicação, a gente constrói de outra maneira, os Vereadores da região podem construir isso junto com o Secretário de Mobilidade. Aliás, que eu parablenizo, que tem trabalhado muito. Se a gente acompanhar o facebook do Semur, nós vamos ver que a cidade inteira está sendo sinalizada o tempo todo. Acho que, às vezes, falta um pouco de pulso firme para poder apresentar o problema da que deve ser, para entender a necessidade. Então, nesses termos, eu congratulo o Zinho, que é o Secretário José Marinho, que tem feito um trabalho essencial na sinalização pública da Cidade de Sumaré, que há muito tempo não era feita. E o voto contrário a esse Requerimento. **“Vereador “Rudinei Lobo”**: Questão de ordem, Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Rudinei. **“Vereador “Rudinei Lobo”**: Então, é nesse sentido aí que eu quero dizer, eu já fui lá, conversei com o Zinho, o Zinho sabe desse problema. E eu vou votar não ao Requerimento, por quê? Porque o tempo que ele vai fazer para poder responder, junto com a sua equipe, é o tempo que ele vai estar lá, para tentar acertar essa situação aí. Eu acho que desperdício de tempo de funcionário não se dá para acontecer, hoje. Num sentido de que: tempo, hoje, é dinheiro, tempo é precioso e a gente não pode perder tempo, porque o povo clama por mudança, obrigado. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Obrigado. O Requerimento-- **“Vereador “Dirceu Dalben”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Está em votação o Requerimento. **“Vereador “Dirceu Dalben”**: Questão de ordem. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Dirceu Dalben. **“Vereador “Dirceu Dalben”**: Eu quero aqui reforçar o pedido dos nobres Vereadores, para derrubar esse Requerimento, porque não faz sentido. O próprio autor já falou que esteve com o Secretário lá, que é a pessoa que vai responder. As providências já estão sendo tomadas. É que a quantidade de tinta, que nós tínhamos em estoque, ela foi usada, foi feita uma nova licitação, aconteceu atraso com o pleito, com a concorrência, foi resolvida, o material já está sendo entregue, a cidade inteira está sendo feita a sinalização novamente e isso vai acontecer. Além de ser um documento impróprio, que tem que ser a Indicação, o próprio autor já disse que já esteve, pessoalmente, com o Secretário, que é amigo dele, que elogiou ele aqui. Então, é só falar direto com o Secretário, que ele vai trazer as informações, que todas as medidas estão sendo tomadas. O Prefeito Luiz Dalben, ele tem um carinho especial pelas crianças. Haja vista, a atenção que ele tem com o PROEB, com as escolas, colocando playground, melhorando a merenda. E tudo isso, para atender melhor a população, que certamente essa sinalização ainda não foi feito, por conta desse material, que estava pendente, mas já está chegando nos almoxarifados. Então, eu continuo votando não ao Requerimento. **“Vereador “Willian Souza”**: Pela ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Willian Souza. **“Vereador “Willian Souza”**: Sr. Presidente, a minha máquina deu problema aqui - eu até chamei o técnico aqui -, o meu voto é contrário ao Requerimento. Não sei como saiu, mas está desligada aqui, eu estou reiniciando. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Quatorze votos não, quatro sim, está rejeitado o Requerimento. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: Requerimento de número 151, de autoria do Vereador Ronaldo Mendes. “Que solicita informações, referente à reivindicação da imediata



intervenção do Estado, sobre a manutenção estrutural da Escola Wadih Jorge Maluf”. **“Vereador “Ronaldo Mendes”**: Por questão de ordem, Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Ronaldo Mendes. **“Vereador “Ronaldo Mendes”**: Eu peço para que seja feita a leitura na íntegra. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Concedido, Vereador. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: “Exmo. Sr. Presidente, considerando que esse Vereador foi procurado por diversos munícipes, a fim de reivindicar a imediata intervenção do Estado, no que tange à manutenção estrutural da Escola Wadih Jorge Maluf, que é de competência da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, que assim siga o manual das conservações, limpeza e manutenção. Que tem o objetivo de padronizar esses afazeres, para que as unidades escolares mantenham condições adequadas para cerca de 5,5 milhões de estudantes na rede. Considerando que esse Vereador foi procurado pelo corpo docente e discente, bem como toda a comunidade em torno da escola, a qual é lograda a Rua Santa Clara, 238, Jardim Santa Clara, na região do Matão. Essa unidade conta com mais de 1.800 alunos, dos quais, vem sofrendo com total abandono, a qual se encontra essa unidade de ensino, no que se refere aos cuidados de manutenção, que é de obrigação da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Fatos esses, que colocam em risco, não somente a parte física de seus educadores, gestão, funcionários, alunos, como também contribui de forma muito negativa, no que se refere ao aprendizado dos seus educandos. Uma vez que, as condições mínimas da qualidade de estrutura e manutenção é negada por aqueles que ali deveriam zelar e vigiar. Pois, a educação, o Sr. João Curi Neto - Secretário de Educação, se constitui com direito fundamental, essencial ao ser humano e diversos são os documentos que corroboram com tal afirmação. A Lei de Diretrizes Básicas, para a educação nacional, afirma que é direito de todo o ser humano o acesso à educação básica, assim como, a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que toda a pessoa tem direito à educação. A educação é um direito fundamental, que ajuda, não só no desenvolvimento de um país, mas também em cada indivíduo e sua importância, vai além do aumento na renda individual, ou das chances de se obter um emprego. Por meio de educação, garantimos o nosso desenvolvimento social, econômico e cultural. Sendo assim, é de suma importância zelar pelo patrimônio público, no que se refere as edificações, nas quais se acolhem os nossos filhos, para que, de fato, lhe ofertam uma educação de qualidade e transformadora, oferecendo a estrutura predial, a manutenção periódica, são os requisitos básicos para alicerçar uma educação de qualidade, no campo físico de uma unidade escolar. Considerando que a referida escola, que está sendo relatada nesse documento, chama-se uma intervenção do Estado para que, dessa maneira, o Sr. João Curi Neto - Secretário de Educação, venha a sanar as suas demandas, no que tange os seus problemas estruturais, predial. Problemas esses, que vão desde lâmpadas queimadas, buracos a céu aberto dentro das escolas. Locais que poderiam tornar criadores de mosquitos como Aedes ou Chikungunya, como também, ratos, entre outros tipos de animais peçonhentos. Sendo assim, faço desse Requerimento, solicitar de forma emergencial, seja oficiado ao João Curi Neto - Secretário de Educação do Estado de São Paulo, bem como, o Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo - Márcio França, para que tome ciência das informações contidas nesse documento, como também, sejam tomadas medidas cabíveis. Diante do exposto, requeiro a V. Exa., de forma urgente, depois de ouvido o Plenário, que seja oficiado o João Curi Neto - Secretário Estadual de Educação, para que nos envie as seguintes informações: 1) A Secretaria competente tem conhecimento da situação exposta nesse documento? 2) há a possibilidade imediata de uma intervenção na Secretaria, para sanar os problemas relatados nesse documento? Caso afirmativo, quando será feita a intervenção? Caso negativo, quais medidas serão tomadas para essa solução dos problemas mencionados”. Sala da Sessão, 28 de agosto de 2018 - Vereador Ronaldo Mendes. **“Vereador “Ronaldo Mendes”**: Pela ordem, Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Ronaldo Mendes. **“Vereador “Ronaldo Mendes”**: Peço autorização para que seja feita uma breve explanação daqui mesmo. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**:



Concedido, Vereador. **“Vereador “Ronaldo Mendes”**: A Escola Wadih Jorge Maluf está há décadas lá, atendendo milhares de jovens, né, que buscam uma melhor educação. Porém, hoje, estruturalmente, a escola está, tipicamente, caindo - caindo mesmo! -. Então, este Requerimento aí, tem o intuito, no caso, de estar provocando o Governo do Estado para que se manifeste, no caso, para que dê uma previsão de quando vai estar mexendo na escola, no caso, antes que aconteça algo. Peço aqui, encarecidamente, a cada um aqui dos Pares, para que colabore com esse Requerimento que é de toda a Casa e, em especial, Vereador Hélio, Vereador Dalben, Vereador Willian, Vereador Tião, que é daquela mesma região, também, para que nós possamos estar consolidando essa necessidade. Muito obrigado, Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Obrigado, Vereador. Segue a leitura dos Requerimentos. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: Requerimento 152 - Vereador Marcio Brianes. “Que solicita informações a retirada de entulho, à Rua Olinda Maria Figueiredo, Parque Sevilha”. **“Vereador “Willian Souza”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Willian Souza. **“Vereador “Willian Souza”**: Solicito que esse documento não seja lido e seja votado apartado. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Conforme o pedido do nobre Vereador, eu coloco em discussão. **“Vereador “Marcio Brianes”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Marcio Brianes. **“Vereador “Marcio Brianes”**: Ontem, eu pedi aos nobres Pares. Esse Requerimento é a retirada de uns entulhos, mas é uma área pública, ali na divisa do Recanto dos Sonhos, Sevilha, que a Prefeitura mesmo deposita alguns entulhos, retira de alguns locais e deposita esses entulhos lá. Mas, talvez, porque estava sem... pode se alegar que estava sem algum contrato de máquina - eu não sei, só tem máquina nas regionais uma vez na semana -. Então, está acumulando muito entulho lá. E os moradores reclamou. A gente precisa retirar esse entulho o mais rápido possível e acabar com aquela área de transbordo da Prefeitura, porque está prejudicando aquelas casas vizinhas ali. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Eu coloco o Requerimento em votação. **“Vereador “Rudinei Lobo”**: Questão de ordem, Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Rudinei Lobo. **“Vereador “Rudinei Lobo”**: Eu moro lá na região e, em certa parte, a gente tem esse problema lá mesmo. Só que essa área, foi a única área que sobrou para a Prefeitura fazer o transbordo. Tivemos um passado aí, alguns regionais lá, eles condenaram algumas áreas que a gente tinha lá. A gente tinha uma área lá no fundo do Viel, do Amélio, está embargada pela Cetesb; tivemos uma área no Maria Luiza, está embargada pela Cetesb. Até essa área do Maria Luiza, no dia que nós estivemos lá no EMTU, né, Valdir de Oliveira? A pessoa disse que foi um pecado fazer o que fizeram naquela área, porque lá, sim, seria o elefante branco, que foi citado aqui. Lá seria o melhor ponto, mas como essa área lá, os regionais lá, cavaram, cavaram, cavaram e depois colocaram lixo lá, e tem uma ação civil pública pela Cetesb. Nem lá dentro, para vocês terem ideia, não pode limpar. Ninguém pode entrar lá dentro. E a área está parada, está largada. Depois, nós tivemos também uma área de potencial também, até para poder fazer a nossa regional, que a nossa regional, é por causa que o Prefeito inaugurou um Posto de Saúde lá no Florely, ela ficou pequena, não tem como fazer um PEV - PEV, né, Dudu, que chama, né? -. Então, a gente está com esse problema. Aí, por alguns dias, sim, foi usada essa área lá no Sevilha, já foi limpo, está cercado. Hoje, eu estive na academia de manhã, uma moça que chama Nilda, mora do lado lá, ela tinha comentado comigo, há um tempo atrás, que estava tendo essa movimentação de caminhão, colocaram o lixo lá, mas o Cido, o Dumar foram lá, limparam, cercaram. Quem for lá, hoje, vê que tem uma cerca lá de arame farpado e está limpinho. Então, assim, eu - Rudinei Lobo -, vou votar contrário a esse Requerimento, porque eu passei lá hoje - que de terça-feira eu ando, né, na região, para poder fazer os encaminhamentos, as Indicações, os Requerimentos -, e vi que estava limpo. Realmente, do jeito que a Nilda, que a moradora do lado, tem essa área, que estava sendo utilizada, tem um terreninho meio vazio, ela mora do lado, no fundo da Chacrinha do Paraná. Então, o meu voto será não. Quem quiser



acompanhar a gente aí, a gente agradece, que eu tenho acompanhado esse caso, obrigado. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: O Requerimento está em votação. **“Vereador “Hélio Silva”**: Pela ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Vereador Hélio, com a palavra. **“Vereador “Hélio Silva”**: Sr. Presidente, o meu voto é a contrário a esse Requerimento e dizer aqui também, que nesse local, o Sr. Aparecido, o Sr. Dumar está de parabéns, por ter feito a limpeza e por ter cercado essa área, porque a própria população mesmo, que estava usando de descarte, essa área aí, alguns veículos fazendo esse tipo de trabalho, em algumas obras. Muito obrigado, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Eu pediria aos Vereadores que estão no Plenário, que façam o seu voto. Está em votação o Requerimento. **“Vereador “Ney do Gás”**: Pela ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Ney do Gás. **“Vereador “Ney do Gás”**: Só justificativa de voto, o meu voto é contrário. Como o Vereador Rudinei disse, também passei lá ontem e, realmente, está limpo. E quero até parabenizar o Cido e o Dumar, por cuidar tão bem da nossa região. Hoje, você vê muito pouco entulho, por mais que a população descarte lixo irregular, a regional está cuidando, está limpando. Eu não ando tão frequentemente nas outras regiões, mas eu falo pela minha região, está muito bem cuidada. Então, parabéns ao Cido, ao Dumar e ao Prefeito Luiz Dalben, por dar um suporte tão legal para a nossa região. E também para a nossa cidade. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Vereador, Dudu. **“Vereador “Eduardo de Lima”**: Pela ordem, Sr. Presidente. Pedi aí, até mesmo, para corrigir o meu voto, Presidente. O meu voto é contrário ao Requerimento. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: O senhor votou sim? **“Vereador “Eduardo de Lima”**: Votei sim, acabei errando aqui. Porque eu entendo o seguinte, Sr. Presidente, até parabenizo a atual administração, até mesmo porque hoje existe, realmente, algumas áreas de transbordo - assim, como a gente ouve, né, no meio -. Mas essas áreas são, rapidamente, limpas, né? E a gente vê que isso não era feito anteriormente, né? Inclusive, assim como o Vereador Rudinei citou, tem várias áreas como problemas, né, por conta desse armazenamento incorreto, né? E hoje, principalmente, essa área citada ali na Rua 4, ela foi limpa, passei lá ontem, o pessoal estava terminando a limpeza dela. Então, é uma área que se coloca o entulho, justamente, só para juntar e chamar os trucos, né, e levar para o lugar correto. Então, eu parabenizo, né, eu não critico. Tem que limpar de alguma forma a cidade, tem que armazenar em algum lugar e esse lugar não pode ficar amontoando entulho. Então, está sendo limpo, esses lugares de transbordo. Então, parabenizo, por isso que eu votei contrário ao Requerimento. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Com o voto de V.Exa. e corrigindo o seu voto, 17 votos não, 2 sim, está rejeitado o Requerimento. **“Vereador “Rudinei Lobo”**: Questão de ordem, Presidente. Só fazer um adendo aqui. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Rudinei Lobo. **“Vereador “Rudinei Lobo”**: A preocupação dessa administração, que eu tenho percebido, é tão grande, que eu que moro no Jardim Dall'Orto - o Vereador Dudu, o Vereador Valdir de Oliveira -, tem uma rua na entrada do Dall'Orto lá, faz 32 anos que eu moro no Dall'Orto, faz 32 anos que aquela rua, é o... olha, é só Jesus na causa. Pois agora, o Prefeito foi lá, limpou, pegou os caminhões, levou no local destinado, né? Porque para que a gente não tem mais o local para fazer o transbordo mais. E vai colocar guia lá, vai arrumar todinha, aquela região lá. O Dall'Orto vai ganhar uma entrada que nunca teve - o Dall'Orto tem 40 anos -. Se coloca no GPS, ele joga você numa quebrada lá - que é uma quebrada, né? -. O carro atola, quando chove, suspensão que judia, um local perigoso. Agora não, o Prefeito está fazendo as guias, vai colocar o cascalho, logo vem, se Deus quiser lá, a capa asfáltica. Então, assim, ele não quer sujeira, nem na entrada do bairro que a gente mora, na região que a gente mora e nem da cidade inteira. Então, está aí o meu não, do Requerimento. **“Vereador “Hélio Silva”**: Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Hélio Silva. **“Vereador “Hélio Silva”**: Como eu já tinha dito que o meu voto é ao contrário, eu tinha votado errado aqui, entendeu? E só justificando para o senhor, que eu votei não. E quero dizer também, que na gestão passada - duas gestões



atrás -, muitos outros regionais, administradores regionais, alguns deles, eles não faziam esse tipo de trabalho. Eles enterravam o entulho debaixo da terra. Cavava um buraco, jogava o entulho e cobria. Hoje, não. Hoje, juntam o entulho e levam para o devido lugar. Muito obrigado, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Fica registrado e acho que foi um lapso dessa Presidência, mas está já precluída a votação, mas fica registrado, Vereador. Segue a leitura dos Requerimento. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”:** Requerimento de número 153 - de autoria: Vereador Willian de Souza e demais Vereadores. “Os Vereadores, abaixo assinado, vem como fundamento no Art. 58, Constituição Federal 24, 15 Lei Orgânica local, 131 Regimento Interno dessa Egrégia Casa, requeremos a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, visando apurar irregularidades durante o período 2013 a 16, relativo à falta de repasse as Instituições bancárias dos empréstimos consignados em folha, realizada pelos servidores municipais de Sumaré, com profundos indícios de crime de apropriação indébita, bem como crime de improbidade administrativa, por parte da administração Municipal. E que merece apreciação dessa Casa Legislativa, no papel fiscalizador do município no prazo de 150 dias. Da legitimidade: De antemão, esclarece o peticionário que preenche os requisitos necessários para o presente pleito, conforme dispõe o Art. 24 da Lei Orgânica Municipal. O Art. 24 compete à Câmara Municipal, privativamente, as seguintes atribuições, entre outras. Fiscalizar e controlar os atos do Executivo, inclusive, da administração indireta; Criar Comissões Especiais de Inquérito, sobre os fatos determinados, que inclua a competência municipal por prazo certo, sempre que requeira, pelo menos, 1/3 dos seus Membros. Regimento Interno dessa Casa de Leis, Art. 131: As Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes investigatórios próprios, autoridades judiciais, que serão propostas, mediante o Requerimento de 1/3 dos Membros da Câmara, para a apuração, de fato determinado por prazo certo, sendo suas conclusões, quando for o caso, encaminhado ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil, criminal do responsável. Parágrafo Único: Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar irregularidades sobre fato determinado, que incluam na competência municipal. Neste passo, comprovada a legitimidade do nobre Edil, na qualidade de fiscalização nos atos executivos municipais, desejar sobre o recebimento do presente Requerimento, a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito. Objeto de investigação, fato certo e determinado, consoantes princípios da simetria do Parlamentarismo, nas formas do fato determinado, é requisito para a criação das aludidas Comissões Processamentos, no termo que peticiona o Art. 58, Parágrafo 3º, da Constituição Federal de 88. E acerca desse requisito, leciona o renomado o autor Pinto Ferreira: Comentários da Constituição Brasileira. Na Constituição vigente, o Art. 58, Parágrafo 3º, as Comissões Parlamentares de Inquérito serão criadas para apurar fato determinado. Fato determinado deve possuir uma característica própria, a fim de não incidir em rota de colisão com os outros dispositivos constitucionais. Tais fatos, podem ser especificados como aquele, referente à ordem pública, política, econômica, social, bem determinadas, a característica do próprio Requerimento da sua Constituição, deve ser um fato objetivo, claro, preciso e determinado. Da criação da Comissão: No tocante, o tema aqui, introduzido pelos Parlamentares, tem recebido denúncias de servidores municipais inconformados com os transtornos financeiros individuais, acarretados dentro do período que compreende anos 2013/16, cujo reflexo, ainda hoje, são severas restrições e que os mesmos possuem juntos às diversas Instituições financeiras, se recusam a conceder empréstimos aos servidores, que tiveram os seus nomes inseridos nos Serviços de Proteção ao Crédito. Isso ocorre, porque a Prefeitura Municipal, por meio de seus representantes, detém a intermediação dos pagamentos, empréstimos consignados dos funcionários públicos, junto aos agentes financiadores, não só, mas em especial, Banco Caixa Econômica Federal, cabendo a Prefeitura Municipal realizar, mensalmente, os descontos diretamente na folha de pagamento e repassá-los à Instituição Financiadora. Ocorre que, embora, os descontos estivessem ocorridos, a Prefeitura deixou de fazer o repasse às instituições financiadoras, dentro do prazo previsto, gerando cobrança aos



servidores municipais, por parte dos bancos e instituições de proteção ao crédito. Como é de conhecimento público, essa Egrégia Casa de Leis abriu uma Comissão Parlamentar de Inquérito, através da Resolução 271/16, 05 de outubro de 2016, para apurar tais irregularidades. No entanto, conforme a Ata da Sessão Ordinária de 03 de dezembro de 2016, o relatório final, elaborado pela referida Comissão, em cumprimento ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Sumaré, declara em suas linhas, que diante da insuficiência dos recursos técnicos e da exiguidade de tempo, para a conclusão do processo de investigação, visto que o Regimento Interno dessa Casa de Leis rege que, antes da mudança da Legislatura, deverá ser concluído os trabalhos da CEI e da qual se dará 01/01/2007, sendo ainda que a última Sessão Ordinária acontecerá dia 13/12/2016. Portanto, não há de se falar mais em tempo hábil para novas diligências ou convocações de oitiva. De tudo que se pode constatar nas provas apuradas e na irregularidade dos fatos denunciados, não puderam ser esclarecidas ou sanadas, não devendo e não podendo essa Comissão Especial de Inquérito declarar as responsabilidades, pelos vícios nos atos administrativos sobre a investigação. Disponibilizará o relatório desse trabalho a todas as apurações colhidas ao Ministério Público, autoridade competente para a promoção da responsabilidade civil, penal, nos que nela estiveram em curso. Em entrevista publicada pelo Jornal Todo Dia, em dezembro de 2016, o, então, Relator da referida CEI - Vereador Décio Marmirolli -, afirma que o, então, Secretário Municipal de Finanças e Orçamentos - Sr. Hamilton Lorençatto -, não teria atendido a nenhuma das três convocações feitas pela CEI, deixando assim, de dar as devidas explicações, frente aos graves fatos investigados. A mesma matéria aponta que os atrasos dos repasses a um dos bancos, resultaram em multas e juros da ordem de R\$ 600.000,00, restando prejuízo aos cofres públicos. Tais informações, trazidas pela matéria do jornal de Americana, bem como as Atas da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Sumaré, 13 de dezembro de 2016, encontra-se anexas nesses Requerimentos, que segue para a apreciação dos nobres Pares. Dessa forma, considerando o infortúnio tempo previsto para a conclusão da referida CEI, cujos detalhes foram aqui expostos e arquivados, o procedimento investigatório criminal de numero 9404500011594/16, aberto no Ministério Público do Estado de São Paulo, sem qualquer punição aos gestores responsáveis. Tendo em vista, que os prejuízos e danos acarretados aos servidores lesados, se arrastam pelos dias de hoje, além do notório dano ao erário. Esse Parlamentar entende ser de suma importância, a abertura de uma nova Comissão de Inquérito, visando apurar irregularidades, durante o período de 2013 a 2016. Relativo à falta de repasse às instituições bancárias, dos empréstimos consignados, em folha, realizado pelos servidores municipais, com profundo indícios de crime de apropriação indébita, bem como o crime de improbidade administrativa, por parte da administração municipal. Indício de violação do Art. 168 do Código Penal, consubstanciados, informações e denúncias trazidas a esse Parlamentar até o presente momento, bem como aquelas trazidas na CPI, que tramitou nessa Casa, sem conclusão objetiva em análise perfunctória dos fatos, tem se... existem fortes indícios de materialidade de autoria do crime de apropriação indébita, pois o repasse dos valores, em tese, não foram efetuados a quem de direito. Visando buscar mais informações pertinentes no caso necessário, se faz presente a apuração, através das ferramentas próprias da CPI, no sentido de buscar, em caso de comprovação, a efetiva responsabilização criminal ou até mesmo civil dos administradores, que detinham a responsabilidade pelos repasses. Nossos tribunais, buscando coibir tais condutas praticadas pelos agentes públicos, que mesmo descontando os valores dos funcionários que contraíram empréstimos consignados, deixam de repassar, no todo ou em parte dos valores devido aos credores. Ação penal originária, crime de responsabilidade, possível apropriação dos valores descontados dos servidores municipais, empréstimos consignados, prova inicial não refutada, ausência de resposta preliminar, denúncia recebida, decisão unânime. O Prefeito Municipal, que se imputa a conduta de descontar na folha de pagamento dos servidores, valores para custear empréstimos consignados, junto às instituições



financeiras, sendo indispensável repasse das quantias descontadas ao credor, caracterizando, em tese, crime de responsabilidade na forma do Art. 1º, do decreto-Lei 201/1967. Havendo prova dos descontos e sabendo, ainda, que a instituição credora cobra o débito por meio de ação judicial, bem como assim, a Promotoria de Justiça, na comarca, instaurou o procedimento para investigar o caso, no qual o Prefeito não respondeu, embora, formalmente, notificado, impede de concluir que as acusações reúnem os requisitos necessários para a sua admissibilidade, ainda mais do que se denunciava, notificando pessoalmente para oferecer defesa preliminar, deixou de fazê-lo. Não tendo o acusado trazido a condenação no Tribunal, elementos capazes de desmerecer o Plano Denúncia, urge recebê-la a decisão unânime. Processo AP000184837/2001, Belém, órgão julgador, Câmara criminais reunidas, publicação 12/08/2011, julgamento 08 de agosto de 2011; Relator: João José Silva Maroja. Nesse sentido, é a necessidade a apuração de tais condutas, que além de gerar possíveis prejuízos ao servidor público, também geraram prejuízo ao credor e, principalmente, ao erário. Indício de crime de improbidade administrativa: Conforme acima exposto, existem sérios indícios de violação da Lei 8.429/92, esse que, conforme matéria vinculada do Jornal Todo Dia, de dezembro de 2016, os atrasos nos repasses, nos descontos, relativo aos empréstimos consignados na folha de pagamento, determinados servidores teriam gerado um prejuízo em multas e juros no importe de aproximadamente R\$ 600.000,00. No caso, especificamente, sendo o município entre o mediador, considerando as retenções dos valores as quais não integram na receita pública do município, em tese, não se caracteriza em crime de improbidade. Contudo, as consequências geradas pelo atraso dos repasses, podem ter gerado danos ao erário, onerando com absoluta vontade em querer aos cofres públicos. Nesse sentido, existindo sérios indícios e danos ao erário, cabe a esse Parlamentar e a Egrégia Casa de Leis, a apuração dos fatos para que concluam, efetivamente, se houve ou não prejuízo aos cofres públicos. Dando assim, o devido suporte para que sejam tomadas providências cabíveis, junto ao Poder Judiciário, conseqüentemente necessárias punições, bem como ressarcimento relativo aos eventuais prejuízos herdados pela municipalidade. Fundamento legal: Art. 58, Parágrafo 3º, Constituição Federal 88; Art. 1º Lei Federal 1.579/52; Art. 13, Parágrafo 2º, Constituição Federal, Constituição do Estado de São Paulo; Art. 24 Lei Orgânica do Município de Sumaré; Art. 123, 124 e 131, Parágrafo Único, Regimento Interno da Câmara de Vereadores. No tocante à legislação aplicável, no caso de denúncia, quanto aos respaldos jurídicos, Constituição Federal de 88, na Legislação Federal, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica do Município de Sumaré, Regimento Interno da Câmara de Vereadores. 1) Estabelece o Art. 58, Parágrafo 3º, da Constituição de 88. Parágrafo 3º, as Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão o poder de investigações próprias das autoridades judiciais, além de outros além de outros previstos no Regimento das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante Requerimento de um terço dos seus membros, para a apuração do fato determinado por prazo certo. Sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhado ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil e criminal dos infratores. Nesse passo, em fase do mencionado princípio da assimetria e do paralelismo, na forma do implícito no Art. 25, *caput* 29, *caput* 32 e todos da Constituição de 88, Art. 58, Parágrafo 3º, de 88, com quanto constitua a norma Constituição da República, sobre Comissões Parlamentares de Inquérito. Igualmente se aplica no que couber as CPIs estaduais, Art. 25, *caput* da Constituição Federal 88; Distritais, Art. 32, *caput* 88; Municipal, Art. 29, *caput* da Constituição Federal de 88; 2) No âmbito da Legislação Federal, referido dispositivo constitucional, está regulamentado pela Lei 1.579 de março de 52, que logo no seu Art. 1º, determina: As Comissões Parlamentares de Inquéritos, criada de forma do Art. 53 da Constituição Federal terão ampla ação nas pesquisas destinadas a apurar fatos determinados, que deram origem à sua formação; 3) No âmbito Estadual, a Constituição do Estado de São Paulo, Art. 13, Parágrafo 2º, estabelece o segundo: As Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação próprio,



autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criados mediante o Requerimento de um terço dos Membros da Assembleia Legislativa, para a apuração de fatos determinados por prazo certo. Sendo suas conclusões, quando for o caso, encaminhar aos órgãos competentes do Estado de São Paulo, para que promovam a responsabilidade civil e criminal a quem de direito; 4) Arcabouço legal traz o seguinte regramento para a matéria em tela Art. 24, Lei Orgânica no Município de Sumaré. Compete à Câmara Municipal, privativamente, as seguintes atribuições, entre elas: Criar Comissões Especiais em Inquéritos, sobre o fato determinado, que incluam na competência municipal por prazo certo, sempre requerer, pelo menos, um terço dos seus Membros; 5) Por fim, o Regimento Interno da Casa de Leis, disciplina que estão assim: Art. 123, Comissões Temporárias serão constituídas com finalidade especial e se extinguirem no término da Legislatura, antes ou quando... atingidos, para fins dos quais foram constituídos; Art. 24, as Comissões Temporárias poderão, Comissão Parlamentares de Inquérito, Comissão Processante; Art. 131, Comissão Parlamentar de Inquérito terão poder de administração própria das autoridades judiciais e serão propostas, mediante o Requerimento de 1/3 dos Membros da Câmara. Para a apuração de fato determinado e prazo certo, sendo suas conclusões, quando for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil e criminal do responsável. Nesse passo, a quem tem-se o caso do desrespeito pelo Poder Executivo Municipal, os deveres elencados na Constituição de 88 e na Lei Orgânica no Município de Sumaré, como dito acima, o tempo de duração: Prazo, 150 dias, no tocante, imprescindibilidade de presente descrever o prazo certo, duração dos trabalhos, em compasso com o Regimento Interno desta Casa, Art. 132, Parágrafo 1º, Alínea "c", estabelece que a duração de 150 dias, podendo ser prorrogado por uma única vez por igual período. Do pedido: Diante de todo o exposto e com respaldo legal, especialmente, mas não exclusivamente, o Art. 58, Parágrafo 3º, da Constituição Federal e o Parágrafo 1º, da Lei Federal 1.579/5213, Parágrafo 2º, da Constituição Estadual, o 24 da Lei Orgânica de Sumaré, 131 do Regimento Interno da Câmara Municipal, vem apresentar o presente Requerimento indicando fato certo e determinado, devidamente justificado com quórum legal, no sentido que seja determinada por Resolução, a instalação na competente Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de que seja apreciado e investigado possíveis irregularidades, durante o período de 2013 a 2016, relativo à falta de repasse às instituições bancárias, dos empréstimos consignados, em folhas realizadas pelos servidores municipais, com profundo indícios de crime de apropriação indébita, bem como crime de improbidade administrativa por parte da administração municipal, requerendo para tanto. 1) Na primeira Sessão a ser realizada após o protocolo, esse Requerimento decidida pelo seu recebimento; 2) considere, validamente, referida à presente, após observância do quórum necessário; 3) que seja constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, através dos nobres Pares aqui subscritos, assegurando sua formação na representação partidária, proporcional à existente na Câmara Municipal de Sumaré. Na forma do Art. 58, Parágrafo 1º, da Constituição Federal, e os Arts. 131, seguintes do Regimento Interno dessa Câmara. Sala das Sessões, 28 de agosto de 2018 - Vereador Willian Souza e demais Vereadores. **"Sr. Presidente "Joel Cardoso da Luz":** Os Requerimentos estão em discussão. **"Vereador "Willian Souza":** Questão de ordem, Sr. Presidente. **"Sr. Presidente "Joel Cardoso da Luz":** Pela ordem, Vereador. **"Vereador "Willian Souza":** Eu quero discutir esse Requerimento. **"Sr. Presidente "Joel Cardoso da Luz":** Willian Souza, com a palavra. **"Vereador "Willian Souza":** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público presente e aqueles que nos acompanham pela internet. Sr. Presidente, essa Legislatura tem sido marcada com muita autonomia, muita seriedade e, sobretudo, com muita coragem e determinação, para fazer as devidas investigações. E, nesse sentido, nessa noite, esse Vereador propõe abertura de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), regida e garantida pelo Regimento Interno dessa Casa, proposta e regida pela Constituição Federal desse país, para que seja investigada a gestão entre 2013 a 2016. Nesse sentido, faço questão de colocar para todos os Pares,



aquilo que nos resulta e aquilo que nos fez propor esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Muito fácil é, nesse país, e muito fácil é, nessa cidade, termos a certeza que as pessoas passam por um Governo, destroem tudo que está nele, tiram tudo fora do lugar. Destroí a vida, principalmente, dos servidores e depois sai de maneira ilesa, tranquila, com o sorriso no rosto e querendo mostrar que foi a melhor gestora dessa cidade. Nesse sentido, senhores, nós temos aqui essa noite, nas nossas mãos, uma questão importante, a abertura de uma CPI, porque nós temos que investigar, nesta Casa de Leis, continuar a investigação que foi iniciada em 2016, de uma possível apropriação indébita e de crime de improbidade administrativa pela, então, Prefeita Sra. Cristina Carrara, pelo Secretário de Governo João Alberghini e pelo Secretário de Finanças, o Sr. Hamilton Lorençatto. Esse trio parece soar muito fácil para vocês, o mesmo trio, é o trio da Odebrecht, que nós investigamos aqui nessa gestão. O trio que sentou nessa sala, que está sendo investigado pela Lava Jato, a mesma turminha que... regado de vinho importado, de picanha importada, deu de bandeja o Departamento de Água e Esgoto. Nesse sentido, Sr. Presidente, é importante dizer aqui, que diversos servidores do Município de Sumaré tiveram os seus nomes arrolados numa verdadeira lambança, numa bagunça, numa lama total, que empréstimos desses servidores, feito no Banco Rural, foram descontados na folha dos servidores e não foi devolvido, Sr. João Maioral, em tempo, para o banco. Colocando o nome de diversos servidores com o nome no SPC e no SERASA; colocando vários servidores sendo impossibilitado de utilizar o seu nome, que era a única coisa que lhe restava - já que não tinha cesta básica, era perseguidos e não tinha salários em dia na conta na gestão da Sra. Cristina Carrara -. Nesse sentido, esse Vereador pode observar uma questão, por que é que descontava o dinheiro do servidor e não repassava para o banco? O dinheiro já estava sendo descontado! Eu quero saber o porquê é que não pagava o banco, porque é muito dinheiro! Se a gente pegar uma lista, que acompanha aqui o pedido de Comissão de Inquérito, nós vamos observar que diversos servidores, inclusive, já deu o depoimento nessa Casa, dizendo o seguinte: "Olha, o meu holerite está aqui, descontou da minha folha, só que o meu nome está sujo no SPC, SERASA". E aí me assusta toda essa questão, porque o dinheiro do servidor e também o nome do servidor foi jogado na lama! E essa Casa, agora, tem a obrigação moral, cívica de credibilidade e de responsabilidade de investigar: Onde está o dinheiro? Para onde pegaram esse dinheiro? De onde tiraram esse dinheiro? Eu quero saber, essa Casa tem que saber, essa cidade tem que saber! É muito dinheiro que envolve essa questão. E nós precisamos ouvir no Plenário dessa Casa, através de convocação, como garante a Legislação, a ex-Prefeita Cristina Carrara. Ela precisa sentar aqui, novamente, para nos explicar esses empréstimos; nós precisamos que o Sr. Hamilton Lorençatto sente no Plenário dessa Casa novamente, para prestar esclarecimento; O Sr. João Alberghini, tem que sentar no Plenário dessa Casa e olhar nos nossos olhos. Não é assim não! Tiveram salário, foram assalariados nessa cidade, ganharam bem. Fizeram uma lambança administrativa, uma incapacidade de gerenciar essa cidade. E agora, sai no bem e no melhor?! Não! "Vereador, mas o senhor já ouviu a Sra. Cristina Carrara? ". Já ouvi no caso da CEI, da Odebrecht, agora tem dinheiro do servidor envolvido, tem nome de servidor envolvido, tem nome de servidor que está no SPC e no SERASA, por causa dessa ingerência, dessa irresponsabilidade. E, sobretudo, por um crime previsto, Sr. Presidente, em constituição e na legislação, que chama apropriação indébita. E eu quero aqui, Sr. Presidente, explicar em questão, essa questão, também, da desapropriação indébita, que é importante. Veja só, de acordo com a Wikipédia: "A apropriação indébita é o crime previsto no Art. 168 do Código Penal Brasileiro, que consiste no apoderamento da coisa alheia móvel, sem o consentimento do proprietário". Vejam, Srs. Vereadores, quer dizer o seguinte, que o dinheiro era do servidor, estava descontando do pagamento do trabalhador. Não era da Prefeita, não era do Hamilton Lorençatto, não era do João Alberghini. Apropriação indébita é uma coisa seria, constituído no Código Penal Brasileiro. Sigo ainda, a explicação sobre isso, a definição principal é que a posse legítima de coisa alheia móvel, porém, vindo do agente a se comportar como dono da



coisa. Essa inversão pode ser pela retenção ou pela disposição da coisa. Veja, o gestor municipal tem o apoderamento do salário do desconto do servidor e acha que é dele. “Ah, mas não foi a intenção da, então, Prefeita Cristina Carrara”. Eu vou explicar aqui uma coisa muito importante, que diz o seguinte, olha, a forma culposa dessa situação. Não existe forma culposa. Ou seja, toda vez que a gente fala de apropriação indébita, segundo a interpretação sempre teve culpa, sempre teve interesse! Ela era Prefeita, gestora, sabia o que estava fazendo, responsabilidade total, se descontava da folha do servidor e não pagava o banco, sim, há interesse sim! E nós queremos saber qual é esse interesse. O Secretário de Finança tinha interesse sim! Eu só quero entender o interesse. Porque a prova que já havia esse interesse, nós já temos em mãos, já está baseando a Comissão. O que eu quero saber é que, enquanto o servidor está com o nome sujo, no SPC e no SERASA, essa galera está nadando de clube e bebendo vinho importado! Tem que ter respeito a esses servidores e fazer justo nessa Casa de Leis. Agora, nós continuamos aqui em um importante, Sr. Presidente. Porque nós temos aqui essa questão, que os servidores, hoje, Sr. João Maioral, estão impossibilitados de fazer empréstimos pelo Banco Real, pelo Bom Sucesso, pela BV Financeira e pelo Banco Luso. A BV Financeira é a que mais faz financiamento, por exemplo, de carros. Hoje, os servidores do Município de Sumaré não têm credibilidade, por causa desses senhores, para fazer um financiamento de um carro. Por irresponsabilidade do servidor, que é caloteiro? Não, de maneira alguma! Por irresponsabilidade desses senhores, que não souberam gerenciar e nem cuidar muito bem da Cidade de Sumaré. E aí, a gente vem em uma questão muito importante, Sr. Presidente, essa Casa de Leis já fez uma Comissão Especial de Inquérito sobre esse assunto, na gestão passada. E aí, o detalhe é importante, e eu quero aqui até citar, que está no Requerimento, que diz a Resolução 271/2016, de 05 de outubro de 2016, diz o seguinte: “Declare em suas linhas, que diante da insuficiência dos recursos técnicos e da exiguidade de tempo para a conclusão do processo de investigação, visto que o Regimento Interno dessa Casa de Leis, rege que antes da mudança da Legislatura deverá ser concluído os trabalhos da CEI, a qual se dará no 01/01/2017. Sendo, ainda, que a última Sessão Ordinária acontecerá no dia 13/12/2016. Portanto, não há de se falar mais de tempo hábil para novas diligências ou convocações de oitivas. De tudo que se pode constatar nas provas apuradas, as irregularidades dos fatos denunciados não puderam ser esclarecidas ou sanadas, não devendo e não podendo essa Comissão Especial de Inquérito, declarar a irresponsabilidade pelos vistos nos atos administrativos, sobre investigação. Disponibilizará o relatório desse trabalho e todas as apurações colhidas ao Ministério Público, autoridade competente para a promoção da responsabilidade civil ou penal dos que nela estiverem em curso”. É um relatório, inclusive, feito aqui pelos Vereadores dessa Casa, da outra gestão. Vejam, acabou o tempo, não deu para a Câmara investigar. O Vereador Décio Marmirolli, que fez parte da Comissão Especial de Inquérito, em uma das matérias de jornal de dezembro de 2016, declara que ainda faltou bancos prestar esclarecimentos, que ainda a Comissão não conseguiu trazer todos os bancos para esclarecimentos. Sobretudo, Vereador Décio Marmirolli, na mesma entrevista, acrescenta dizendo que o Sr. Hamilton Lorençatto, teve três convocações para comparecer nessa Casa, e boa parte delas, ele não veio porque estava doente. Nesse sentido, nós temos aqui matérias de jamais, relatos e temos uma Ata da Câmara Municipal de Sumaré, da antiga legislatura, que declara aqui nas suas entrelinhas, todas essas situações que eu estou expondo aos nobres Vereadores. Ou seja, houve aqui uma Comissão Especial de Inquérito, oitivas, apreensões de documentos, checagens de muitas questões. Porém, pela mudança de Legislatura, esse trabalho no foi conclusivo, apenas apresentando um relatório. Agora veja, é justo que a gente se contente com um relatório concluído por falta de tempo e que ainda não ouviu muita gente? Não. Eu fui eleito é para tirar sujeira debaixo do tapete! Eu fui eleito é para colocar a Sra. Cristina Carrara aqui, porque na hora de fazer, na hora de fazer servidor municipal levar a porta na cara, nas Casas Bahia, na BV Financeira, ninguém ficou com vergonha! E, agora, é muito importante que o Sr. Hamilton Lorençatto cure logo a



sua doença, porque ele vai ter que vir depor sim! ”. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Temos um orador na Tribuna. **“Vereador “Willian Souza”**: Vai ter que sentar aqui para vir depor. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Um minuto, Vereador. **“Vereador “Willian Souza”**: E se ele não vir aqui com medicamento, com qualquer coisa, nós vamos até o hospital ouvi-lo. Porque eu quero saber desse Diretor de Finanças, que cuidou das finanças desse município, Sr. Presidente, o que é que ele fez com o dinheiro do servidor, o porquê é que atrasou; o porquê é que tirou da conta; o porquê é que não fez as questões devidas. É responsabilidade deles - Sra. Cristina Carrara, Sr. João Alberghini e Sr. Hamilton Lorençatto -, tem que responder e dar satisfação. Nesse sentido, Sr. Presidente, para a conclusão, eu peço o voto dos Srs. Vereadores, para a aprovação dessa CPI, eu vou presidir com muita vontade e com muita coragem essa CPI. Outros Vereadores serão escolhidas para compor ela, junto conosco. E, imediatamente, vamos iniciar os trabalhos, porque tem muita gente pousando de bonzinho e falando que tem que acelerar Sumaré e acelerar a região, e ainda está devendo no banco do povo, ainda está devendo com a apropriação indébita. Então, está na hora desses senhores prestar conta para essa Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Obrigado, Vereador. Os Requerimentos estão em discussão. Não havendo oradores, em votação. Os Requerimentos estão em votação. **“Vereador “Dirceu Dalben”**: Pela ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Dirceu Dalben. **“Vereador “Dirceu Dalben”**: Voto favorável ao Requerimento, por entender de que acompanhei aqui, na gestão passada, nessa Casa, o sofrimento de toda a população e de todo o servidor público. Além, de receber parcelado, par celinhas atrasadas, não tinham nem condições, realmente, de recorrer ao empréstimo bancário, porque os seus nomes estavam negativados. E é importante mesmo esclarecer. Por isso, o voto favorável para que dê continuidade ao trabalho bem feito, que foi feito em 2016, mas, pelo tempo hábil, não foi concluído como deveria ser, por conta de mais questões, que deveriam ter sido investigado. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Obrigado, Vereador. **“Vereador “Rubens Champam”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Rubens Champam. **“Vereador “Rubens Champam”**: Sr. Presidente, eu acho importante, um tema interessante. Até porque também, como o Vereador Dirceu Dalben, também estava na legislatura anterior. E uma CEI, nessa mesma, com essa mesma matéria e quero justificar o meu voto contrário, por conta de que isso já foi apurado em grande parte. Não foi concluído a CEI, por conta de situações de mudança de legislatura. Entretanto, nós temos um período só aí na CEI. Esse foi o motivo de eu votar contrário. Porque, na verdade, teria que abranger mais anos anteriores. Não bastante, isso foi motivo de uma busca e apreensão no Sindicato, né, o Ministério Público, nas prerrogativas suas de investigar, que isso está tramitando, salvo engano, no Ministério Público, até os dias de hoje. Então, eu acho que a gente tem que ir com cautela. Eu acho que tem que apurar sim, tem que investigar, é prerrogativa de Vereador, está dentro da legislação. Entretanto, precisamos ver se isso já, em que pé que está no Ministério Público. E eu confesso, eu fico aqui um pouco preocupado com a situação sindical, com a representatividade dos funcionários públicos, porque já foi investigado, já foi feito busca e apreensão, tem documentos apreendidos no Ministério Público, as mudanças de legislatura não concluiu a CEI aqui nessa Casa, mas no Ministério Público não tem mudança de legislatura, pelo contrário. Bem provável que terá denúncia criminal. Para quem? Não sei. Mas o Ministério Público está atento, tendo em vista essa situação da busca e apreensão. Então, essa é a minha justificativa, Sr. Presidente, pelo meu voto contrário. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Obrigado, Vereador. Dezessete votos sim, dois não. Está aprovado os Requerimentos. Pela ordem, Vereador Willian Souza. **“Vereador “Willian Souza”**: Sr. Presidente, eu quero aqui respeitar o voto do meu nobre colega, Vereador Rubens Champam, entender a sua posição e dizer que é importante que se posicione. E só para acrescentar, para que não sobre dúvida nem para a imprensa, que nos acompanha, e para aqueles



que estão aqui, e os nobres Vereadores do Plenário. O encerramento da Comissão Parlamentar de Inquérito, ela indica que gerou um débito de 600 mil por juros em multa na Prefeitura, isso é crime de improbidade administrativa. Então, quando ela concluir... agora, nós não sabemos, a partir do momento da finalização do relatório, do dia 13 de dezembro, o que aconteceu, Vereador Décio Marmirolli, é isso que a CEI tem que apurar. Nós temos que perguntar para o Prefeito, quanto que ele pagou de juros e de multa, porque tem que responsabilizar aqueles que estão lá. A questão do Sindicato é importante - até nos corredores alguns Vereadores perguntaram -, não cabe à Câmara investigar um Sindicato, que é uma categoria. Quem tem que investigar o Sindicato - nós vamos chamar aqui o Presidente do Sindicato, inclusive, para ele poder dar o seu depoimento -, mas cabe à justiça, que aí tem o Inquérito Criminal aqui, que o Vereador tem muita razão, que está tocando, que vamos pedir para ter vistas desse processo, para poder ver. Agora, a questão de representatividade, é um problema de categoria dos servidores, que eles resolvem nas próximas eleições, escolhendo ali quem vai ser representado. Mas, no tocante, vale ressaltar, Sr. Presidente, que aqui o próprio Décio Marmirolli, que era o Relator - né, Vereador? Se eu não me engano -, disse que faltou dois bancos entregar relatório, a oitiva do Sr. Hamilton Lorençatto, que foi tentado três vezes, e já registrou multa de 600 mil, no jornal. Então, nós não podemos, nós temos que concluir os trabalhos Comissão Especial de Inquérito. E ainda que a justiça continue fazendo processo de Inquérito Criminal, nós queremos ter vista para anexar essas provas, que são importantes. Então, essa Casa está cumprindo hoje, até quero comemorar aqui a grande vitória, que foi a aprovação desse Requerimento, de aprovação, para que a gente comece os trabalhos investigativos. Muito obrigado, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Obrigado, Vereador. Vereador Ulisses, com a palavra. **“Vereador “Ulisses Gomes”:** Eu queria deixar registrado aqui, que nós tem que fazer um reparo, nós tem muito funcionário esperando ação, que já tentou se fazer no passado, né, e não conseguimos, por falta de tempo, mudou a legislatura. Mas tem funcionário doente, porque hoje não pode mais se comprar, não pode mais se negociar no mercado, e aguarda até uma resposta nossa. Isso porque nós já iniciou um trabalho e esse trabalho não foi concluído. Eu acho que nós tem que... - eu quero até fazer a justificativa de voto, eu votei favorável ao Requerimento, assinei o Requerimento -, porque nós tem que continuar dando uma resposta para esses trabalhadores, que foram prejudicados, que sofreram e está impedido, até hoje, de poder fazer o seu financiamento e tocar a sua vida. Então, nesse sentido, eu quero deixar muito claro, que nós tem que continuar investigando, nós tem que continuar fomentando para que esses trabalhadores não seja mais prejudicado do que está sendo. Então, o meu voto foi favorável, já assinei e vou continuar trabalhando junto à Casa, junto a essa Comissão, para que esse fato seja apurado, né? E não dá para nós virar as costas para uma necessidade de alguns trabalhadores, que foram lesados. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Obrigado, Vereador. **“Vereador “Marcio Brianes”:** Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Vereador Marcio Brianes, com a palavra. **“Vereador “Marcio Brianes”:** Somente para justificar meu voto, também votei favorável. Quero parabenizar o Vereador Willian Souza, por mais essa responsabilidade de presidir essa Comissão. E dizer que, talvez, o cidadão deve ter curado agora, né, Willian? Porque três vezes, não conseguiu vir aqui, com o remédio, espero que ele tenha curado e venha aqui depor. E faço questão, também, com o nosso bloco, nós somos um bloco também que tem seis pessoas, eu sei que isso aqui será discutido entre nós, lá dentro da sala. O Vereador Willian, já será o Presidente, nós teremos o direito a indicação de mais um. Eu vou pleitear, para que eu possa estar junto nessa CPI, para que nós possamos investigar a todos de fato, né? Aliás, até convocar o Prefeito, porque na época, ele era vice-Prefeito da Sra. Cristina Carrara, então, ele também que vir aqui e dar a justificativa dele. E é muito importante para a Cidade de Sumaré e para esses funcionários, que hoje, graças a Deus, ainda estão recebendo em dia. E, naquela ocasião, não conseguiam receber em dia e os seus nomes negativados. Parabéns, Vereador Willian! E conte com



esse Vereador aqui. **“Vereador “Willian Souza”**: Pela ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Willian Souza. **“Vereador “Willian Souza”**: Sr. Presidente, eu quero agradecer até as palavras do Vereador Marcio Brianes. Mas, apenas, Sr. Presidente, eu não quero deixar que essa CPI, inclusive, eu tenho... na verdade, eu não invento história, né? As pessoas pode até ver aqui na minha mesa, eu passo o tempo todo estudando, para propor algo para não falar besteira - aliás, minha companheira, às vezes, fala que eu vou ficar até doente de tanto ler -. E eu não vou deixar que a CPI, seja usada, de maneira alguma, para que a gente tenha outro viés político. Então, eu já quero esclarecer, de antemão, ao Sr. Vereador Marcio Brianes, que o Art. 77 e 78 da Lei Orgânica do município, diz o seguinte: “O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, eleito dentre os brasileiros e moradores da cidade, maior de 21 anos. O vice-Prefeito apenas substituirá o Prefeito na sua ausência”. Ou seja, não há responsabilidade para vice-Prefeito, em crime de improbidade administrativa. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: O Projeto de Resolução referente ao Requerimento de número 153/2018, de abertura da CPI, será apresentado, discutido e votado na Ordem do Dia. A Sessão está suspensa. [sessão suspensa] **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Reabro a Sessão, às 21 horas e 31 minutos. Solicito ao Vereador Décio Marmirolli que faça a chamada dos nobres Vereadores, para a verificação de quórum. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: Pela ordem, Vereador Antônio Dirceu Dalben, Edgardo Cabral, professor Edinho, Dudu Lima, Fabinho, Fininho, Cláudio Meskan, Joel Cardoso, Hélio Silva, Décio Marmirolli, João Maioral, Willian de Souza, Ronaldo, Champam, Rudinei Lobo, Sebastião Correa, Sérgio Rosa, Ulisses Gomes, Ney do Gás, Valdir de Oliveira e Marcio Brianes. Há quórum para a reabertura da Sessão, Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Havendo quórum, antes de nós passarmos para as Moções, eu peço que cada líder de bloco dessa Casa, faça a indicação do nome escolhido para compor a CPI, relacionada ao Requerimento 153/2018. O Vereador Willian, que é o líder do seu bloco, o senhor indica... pode ser verbal, Vereador. Indica algum nome. **“Vereador “Willian Souza”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Willian Souza. **“Vereador “Willian Souza”**: A indicação do nosso bloco Parlamentar, composto por mim, pelo Vereador Ulisses, Rubens Champam, Ronaldo Mendes, Marcio Brianes, Valdir de Oliveira, segue na indicação do meu nome para Presidente - como eu propus -, e do Vereador Ronaldo Mendes como Membro. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Obrigado, Vereador. Vereador Fabinho, é o líder do bloco, de V. Exa, o seu bloco indica algum nome para compor a CPI? **“Vereador “Fábio Ferreira”**: Eu como líder do bloco, eu indico o Sr. João Maioral, a Membro. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Como Membro, João Maioral - Membro. Professor Edinho, o senhor que é o líder do bloco. **“Vereador “Professor Edinho”**: O bloco chegou ao consenso da indicação do meu nome. E quero deixar claro também, que o nosso bloco renuncia ao direito eventual de uma segunda vaga, estando de acordo com a proporcionalidade. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: E V. Exa. é Membro. **“Vereador “Professor Edinho”**: Membro. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Obrigado, Vereador. Vereador Rudinei Lobo, V. Exa. É o líder do seu bloco. **“Vereador “Rudinei Lobo”**: Em conversa com os Membros do bloco, que é o Meskan, Décio, eu, o Edgar e o Warley de Faria (o Fininho), ficou acertado de ser o meu nome o indicado pelo bloco. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Mas que cargo na-- **“Vereador “Rudinei Lobo”**: Relatoria. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Relatoria. Então, diante da indicação de todos os blocos, a Secretaria irá elaborar o Projeto de Resolução, para votação na Ordem do Dia. Vamos seguir, agora, com as Moções. Solicito ao 1º Secretário que dê início na leitura das Moções. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: Dando sequência ao Expediente, temos uma Moção de Congratulação de número 139, de autoria do Vereador Marcio Brianes: “Exmo. Sr. Presidente, é com muita satisfação e honra que encaminho a Mesa Diretora dessa Egrégia dessa Casa de Leis, mais uma Moção de Congratulação, na qual em forma regimental, faço



saber que os nobres Pares, o Dia do Educador Especial. Aos quais reverencio por intermédio dos educadores especiais do nosso município. No dia 22 de agosto é comemorado o Dia do Educador Especial, data de extrema relevância, que homenageia os profissionais, fazem com que a educação seja para todos, independentemente dos obstáculos. Insta ressaltar, que 21 a 28 de agosto também é comemorado a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Multiplicada, em todo o nosso país. Desta feita, parabênizo muito, respeitosamente, a todos os educadores que trabalham com educação inclusiva, e os que acreditam no potencial de cada indivíduo, independentemente de suas limitações. Ressaltar que a inclusão é um direito de todos e, portanto, o dever do Poder Público e de seus representantes garanti-lo. Configuram com profissionais que atuam como educadores especiais, o professor de educação especial, educador físico, pedagogo, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicopedagogo e neuropsicopedagogo, entre outros. A educação especial é o ramo da educação que ocupa, no atendimento à educação, de pessoas com deficiência, preferencialmente, em escolas regulares ou em ambientes especializados, tais como escolas para surdos, escolas para cego ou escola que visa atender a pessoa com deficiência intelectual. Em alguns países, a educação especial é realizada fora do sistema regular de ensino. E nessa abordagem, demais necessidades educativas e especiais, que não se classificam como deficiências, não são incluídas. Não é o caso do Brasil, haja vista, que ter uma política nacional de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, 2008, que inclui outros tipos de alunos, além dos que apresentam deficiência. Há vasto rol de legislações que regulamenta a educação especial, no Brasil, e a Constituição Federal é uma delas, onde estabelece promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, que define ainda, que a educação é um direito de todo, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para um trabalho em igualdade, em condições de acesso e permanente na escola. Como um dos princípios para o ensino, e garante com o dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Os nossos educadores especiais vêm desempenhando com maestria tal papel, enfrentando inúmeros desafios, e são merecedores da referida homenagem. Eis que eles são, que garantem o desenvolvimento dos alunos, que necessitam de uma atenção especializada, defendendo de forma brilhante a aprendizagem e o bem-estar, contribuindo, especialmente, com as famílias, as quais, são estrutura principal nesse cenário relevante. Ante o exposto, requeiro após lido e ouvido o Plenário da Egrégia Casa de Leis, que sejam encaminhadas cópias a presente Moção de Congratulação aos professores de educação especial de município, escolas, entidades voluntariados e a fins, dando conhecimento e ciência aos homenageados, sobretudo, com os nossos votos de congratulações e imensa estima". Sala das Sessões, 28 de agosto de 2018. Vereador Marcio Brianes.

"Sr. Presidente "Joel Cardoso da Luz": A Moção está em discussão. Não havendo oradores, em votação. As Moções de Pesar número 136, 137, 138, 140, 141 de 2018, de autoria dos Vereadores: Décio Marmirolli, Marcio Brianes, Vereador Ronaldo Mendes e Dudu Lima, estão aprovadas por essa Mesa Diretora. Dezessete-- **"Vereador "Dirceu Dalben":** Questão de ordem, Sr. Presidente. **"Sr. Presidente "Joel Cardoso da Luz":** Pela ordem, Vereador Dirceu Dalben. **"Vereador "Dirceu Dalben":** Eu peço autorização para o autor, se é possível assinar junto. **"Sr. Presidente "Joel Cardoso da Luz":** Dezoito votos favoráveis, está aprovada a Moção. **"Vereador "Marcio Brianes":** Questão de ordem, Sr. Presidente. **"Sr. Presidente "Joel Cardoso da Luz":** Pela ordem, Vereador Marcio Brianes. **"Vereador "Marcio Brianes":** A Moção está aberta a toda Casa. **"Sr. Presidente "Joel Cardoso da Luz":** Obrigado, Vereador. Segunda Moção, Vereador João Maioral, pode fazer a leitura da Moção. Da próxima Moção. **"2º Secretário "João Maioral":** Moção de Apelo número 142/2018 - Vereador Willian Souza: "Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sumaré, é com grande clamor que apresento a essa Casa de Leis, a presente Moção de Apelo à procuradora Alvamari Cassillo Tebet,



para que ingresse com uma ação civil pública, contra a empresa Ouro Verde/Rápido Luxo, em referência à representação número 002851201815000, em trâmite no Ministério Público do Trabalho, da 15ª Região de Campinas, que trata sobre a retirada de cobradores e a dupla função de motoristas nos veículos do transporte público de Sumaré. A ausência dos cobradores nos ônibus tem gerado transtornos para os trabalhadores e usuários, e representa grave risco à população em geral. Uma vez que a cobrança de passagem pode desviar a atenção dos motoristas, aumentando a chance de ocorrer acidentes de trânsito. É notória a importância das funções desempenhadas pela figura do cobrador, como fornecer informações aos passageiros; operar o elevador para deficiente físico; auxiliar em manobras realizadas pelos motoristas; zelar pela manutenção e organização do veículo; preencher relatório, além de efetuar a cobrança da tarifa, repassar o troco; conferir a gratuidade de passagem; e auxiliar o manuseio de cartões e da catraca. O motorista do transporte público, que desempenha dupla função, acumulando a condução do veículo e a cobrança das passagens, comete infração de trânsito, previsto no Art. 28, da Lei 9.503, de 26 de setembro de 1997, que dispõe sobre o código de trânsito brasileiro, que aponta que o condutor deverá, a todo momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito. Portanto, Sr. Presidente, para que esta Casa de Leis se manifeste contrária à dupla função exercida por motorista do transporte público, sobre concessão em Sumaré, colocando em risco a vida de passageiros, pedestres e demais condutores, que transitam na cidade. Requeiro da forma Regimental, depois de ouvido em Plenário, que conste na Ata dos trabalhos, a referida Moção de Apelo à Procuradora Alvamari Cassillo Tebet, para que ingresse com a ação civil pública, contra a empresa Ouro Verde/Rápido Luxo e determine a imediata retomada dos cobradores nos ônibus”. Sala das Sessões, 28 de agosto de 2018, Willian Souza – Vereador. Partido dos Trabalhadores. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: A Moção está em discussão. **“Vereador “Willian Souza”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: O autor irá- **“Vereador “Willian Souza”**: Eu peço permissão para V. Exa., para falar daqui mesmo. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Concedido, Vereador. **“Vereador “Willian Souza”**: Devido o tempo, Sr. Presidente. Apenas para pedir o voto dos nobres Vereadores, favorável a essa Moção. Esse Vereador entrou com uma ação no Ministério Público do Trabalho para o cumprimento, conforme eu tinha dito na semana passada, para que haja o cumprimento da Lei, feita por essa Casa de Leis, de autoria do Vereador Ronaldo. Já notificada a empresa, pelo Prefeito Luiz Dalben, sancionada por ele. Mas, sobretudo, a Moção de Apelo, que eu peço voto dos Vereadores, é para que a promotora do Ministério Público do Trabalho acate a ação, que nós propusemos, para que ela possa, de fato, pedir ao Juiz uma liminar para que os ônibus da empresa Ouro Verde andem na Cidade de Sumaré, com os seus devidos cobradores. Trago ao conhecimento dessa Casa, que essa semana, no Rio de Janeiro, um motorista, que passava por um viaduto, no Rio de Janeiro, enquanto ele cobrava a passagem de uma das pessoas que estavam, acabou o ônibus captando no viaduto. Esse risco é evidente na Cidade de Sumaré, pode acontecer um acidente, um capotamento de ônibus, é uma tragédia anunciada. Ou seja, precisamos dos cobradores nos ônibus, em caráter de urgência. Peço a toda Casa, que aprove essa Moção de Apelo e subscreva, se possível, para que a gente peça ao o Ministério Público do Trabalho, que emita essa liminar, para que a Ouro Verde cumpra essa determinação de ter cobrador nos ônibus da Cidade de Sumaré. Muito obrigado, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Obrigado, Vereador. A Moção está em discussão. Não havendo oradores, em votação. **“Vereador “Dirceu Dalben”**: Questão de ordem, Sr. Presidente **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Dirceu Dalben. **“Vereador “Dirceu Dalben”**: Eu peço para o autor a autorização para assinar junto. **“Vereador “Willian Souza”**: Com todo prazer, Vereador. **“Vereador “Rubens Champam”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Rubens Champam. **“Vereador “Rubens Champam”**: Por conta da maquininha aqui, que



não está funcionando, meu voto é favorável. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pediria aos Vereadores que liberem o terminal, senão, alguns Vereadores não conseguem fazer o seu voto. Com o voto de Vossa excelência, 16 votos favoráveis, está aprovada a Moção. Pergunto ao 1º Secretário se há algum Vereador inscrito no Expediente. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: Não temos inscrição, Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Não havendo Vereador inscrito, declaro encerrado o Expediente às 21 horas e 44 minutos. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: Em tempo. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Vereador Décio, com a palavra. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: Solicito a V.Exa, para que nós possamos passar para a Ordem do Dia, apreciar os Projetos que estão em pauta, tendo em vista o bom andamento do grande Expediente, Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Coloco o pedido do nobre Vereador em discussão, de passagem direto para a Ordem do Dia. Não havendo que queira discutir, em votação, a passagem direto para a Ordem do Dia. Quatorze votos favoráveis, está aprovado. Reabro a Sessão para a Ordem do Dia, às 21 horas e 45 minutos. Solicito ao Vereador, que faça a chamada dos Vereadores, para a verificação de existência de quórum. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: Pela ordem, Vereadores: Antônio Dirceu Dalben, Edgardo Cabral, professor Edinho, Dudu Lima, Fabinho, Fininho, Cláudio Meskan, Joel Cardoso, Hélio Silva, Décio Marmirolli, João Maioral, Willian de Souza, Ronaldo, Rubens Champam, Rudinei Lobo, Sebastião Correa, Sérgio Rosa, Ulisses Gomes, Ney do Gás, Valdir de Oliveira e Marcio Brianes. Com 19 Vereadores, há quórum para a reabertura da Sessão, Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Declaro reaberta a Sessão Ordinária, do dia 28 de agosto de 2018, às 21 horas e 46 minutos. Ordem do Dia, antes, porém, temos uma Urgência. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: Nós temos uma Urgência, com 14 assinaturas. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Do Sr. Prefeito Luiz Dalben. Solicito ao 1º Secretário que faça a leitura dos Requerimentos. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: Nos termos do Art. 245, Inciso I, Alínea “b” do Regimento Interno dessa Casa, requeremos de V.Exa., ouvido o Plenário, a tramitação do Regime de Urgência Especial, a seguinte matéria: Projeto de Lei 148/18. Autoria: Prefeito Municipal. “Dá nova Redação ao Art. 1º da Lei Municipal 4.997 de 02 de julho de 2010 e outras providências”. A Urgência consta com 14 assinaturas, Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Eu coloco em votação o pedido de Urgência, está em votação. A Urgência está em votação. Projeto 148/2018. Autoria: Prefeito Municipal. Vereadores que estão no Plenário, que façam o seu voto para a gente concluir essa votação. Quinze votos favoráveis, uma abstenção, está aprovada a Urgência. Agora, a leitura dos pareceres do Projeto de Lei. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: Comissão de Justiça e Redação: Parecer favorável; Finanças e Orçamento: Parecer favorável; E Redação Final, consta Parecer Favorável. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Com os Pareceres favoráveis, eu coloco em discussão o Projeto de Lei número 148/2018. **“Vereador “Dirceu Dalben”**: Palavra, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: De autoria: Prefeito Municipal, **“Vereador “Dirceu Dalben”**: Palavra. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Vereador Dirceu Dalben, com a palavra. **“Vereador “Dirceu Dalben”**: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, em primeiro lugar, sempre agradecendo a Deus pela vida, pela saúde, por ter permitido a nós estarmos aqui, nessa Sessão Ordinária, cumprindo o nosso direito/dever, dever/direito de estarmos aqui representando a nossa população. Eu quero ser rápido aqui na minha fala. E apenas comentar esse Projeto e parabenizar a iniciativa do Prefeito Luiz Dalben atendendo, mais uma vez, os servidores públicos municipais. Essa Lei de 2010, uma Lei importante, mas à época que ela foi elaborada e aprovada, houve, de lá para cá, algumas mudanças, principalmente no tocante ao tipo de atendimento na saúde. Com algumas inovações e algumas novas modalidades. E com a Lei da maneira que está, na área da saúde, principalmente, os servidores públicos concursados, que possam assumir uma gerência, Vereador Champam, eles estavam impedidos, porque a Lei tratava de pronto-socorro municipal em algumas ocasiões. E, desde 2012 para cá, houve uma modalidade, uma



mudança no Ministério da Saúde, onde criou-se upas, unidades de Pronto Atendimento, de Urgência e Emergência. E pela Redação da Lei, alguns servidores que teriam que ocupar essa gerência, na rede municipal - e é bom destacar: funcionários concursados -, estavam vetados de assumir essa gerência por conta da letra da Lei. Então, Vereador Ronaldo, Vereador Dr. Sérgio Rosa, todos os Vereadores aqui presentes, o Prefeito, com a sua assessoria jurídica, elaborou esse Projeto de Lei, alterando o Art. 1º da Lei Municipal 4.997, de 02 de junho de 2010, que passou a vigorar da seguinte forma, onde se lê: "Gerente de Pronto-Socorro", vai passar-se agora a ler: "Gerente de Pronto-Socorro ou Pronto Atendimento", que é o que nós temos em algumas unidades da nossa cidade; "Gerente de assistente de Pronto-Socorro" vai passar a ser "gerente de assistente de Pronto-Socorro ou Pronto Atendimento"; E também, onde se lê: "Pronto-Socorro Municipal", na Lei, passará a ser: "Pronto-Socorro Municipal ou Pronto Atendimento". Que nós vamos com o nosso superintendente de Defesa Civil, e que foi, por mais de ano, Secretário de Saúde do Município e com muita capacidade, o Cadu (Carlos Eduardo), está aqui presente, é uma honra para nós tê-lo aqui, e ocupou a pasta, e sabe da dificuldade de ajustar a nomenclatura da Lei, com as unidades hoje estabelecidas no município. Então, após o estudo, após o trabalho e a dedicação do nosso Prefeito Luiz Dalben, mais um benefício aos servidores públicos municipais concursados, da Saúde, onde, a partir de agora, poderemos ter nas unidades de saúde, os gerentes concursados sem necessidade de ser apenas em Pronto-Socorro. Recentemente, nós aprovamos uma Lei aqui, onde também garantiu aos agentes de Saúde e endemias, o direito a uma complementação, a um Plus no salário, que vem uma verba Federal, mas sem uma legalização municipal, através de uma Lei, eles estavam impedidos. Então, já foi aprovada, essa Casa de Leis por unanimidade aprovou, já foi sancionada. E no final do ano, esses agentes de Saúde, de endemias terão já esse benefício. E agora, os nossos servidores da Saúde, que tem a aptidão, e podem assumir essa função de gerência, não estão mais impedidos por uma questão de uma norma legal, que, até então, não previa isso. Eu quero aqui, mais uma vez, enfatizar e agradecer ao nosso Prefeito Luiz Dalben, à sua equipe, por olhar com tanto carinho aos nossos servidores e terem essa atenção. Porque o servidor bem atendido, bem valorizado, ele vai atender muito melhor as nossas crianças, os nossos adultos, a nossa população, que tanto precisa. Sr. Presidente, Srs. Vereadores, acredito que o Projeto já é autoexplicativo, mas fiz questão de subir aqui e registrar essa mudança na Lei, tão importante aos nossos servidores. Meu muito obrigado. **"Sr. Presidente "Joel Cardoso da Luz":** Obrigado, Vereador. O Projeto está em discussão. Não havendo oradores, em votação. Dezoito votos favoráveis, está aprovado o Projeto. Ordem do Dia. Discussão e votação ao Projeto de Resolução número 8/2018. Solicito ao 1º Secretário, que faça a leitura do Projeto. **"1º Secretário "Décio Marmirolli":** Projeto de Resolução número 8/2018, agosto de 2018. "Considerando o Requerimento 153/18, recebida e aprovada na Sessão Ordinária de 28 de agosto de 2018, faço saber que a Câmara Municipal de Sumaré, aprovou e promulga a seguinte Resolução: Art. 1º. Fica instituído a Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de apurar irregularidades durante o período 2013 e 2016, relativo à falta de repasses em instituições bancárias, dos empréstimos consignados em folhas, realizados pelos servidores municipais em Sumaré. Com profundos indícios de crime de apropriação indébita, bem como improbidade administrativa, por parte da Administração Pública. Conforme exposto no Requerimento 153/18, que fica fazendo parte integrante dessa Resolução; Art. 2º. A Comissão que alude o artigo anterior, será composta de cinco Vereadores, assegurando o tanto quanto possível, a representação proporcional partidária, que fica, assim, constituída: Presidente - Willian Souza, 1º Signatário; Rudinei Lobo – Membro; Ronaldo Mendes – Membro; João Maioral – Membro; Edvaldo Teodoro – Membro; Art. 3º. A Comissão Parlamentar de Inquérito, ora criada, deverá iniciar suas atividades a partir da data da sua instalação, que deverá ser imediata, com prazo de 150 dias, prorrogável por igual período. Parágrafo Único: O prazo se refere ao *caput* não ocorrerá no período de recesso a Câmara Municipal de Sumaré.



Essa Resolução, entrará em vigor na data da sua publicação”. Sala das Sessões, 28 de agosto de 2018 - Presidente Joel Cardoso da Luz. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Os pareceres do Projeto de Resolução, Vereador Décio. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: Pareceres, a Comissão de Justiça e Redação: Favorável; E Redação Final, consta parecer favorável ao Projeto de Resolução. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Com os pareceres favoráveis, eu coloco em discussão o Projeto de Lei número 8/2018. Não havendo oradores, em votação. Dezenove votos favoráveis, está aprovado o Projeto. Item 01 da nossa Ordem do Dia. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: Substitutivo total ao Projeto de Lei de número 70, de autoria: Fábio Ferreira dos Santos. “Que exige em cartório de registro de imóveis, tabelionatos, notas imobiliárias, a fixação de cartaz sobre certidão negativa de débitos municipais”. Comissão de Justiça e Redação: Favorável; E Redação Final, consta parecer favorável. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Com os pareceres favoráveis, eu coloco em discussão, o substitutivo total ao Projeto de Lei número 70/2018. Está em discussão. Não havendo oradores, em votação. **“Vereador “Professor Edinho”**: Questão de ordem, Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Edinho. **“Vereador “Professor Edinho”**: Meu voto é sim. Meu voto é sim. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: Voto favorável, Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Com o voto do Vereador Décio e do Vereador Edinho, 19 votos favoráveis, está aprovado o Projeto. Item 02 da nossa Ordem do Dia. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: Projeto de Lei 139. Autoria: Rubens Champam. “Dispõe sobre a criação do Dia Municipal do Motociclista, no calendário oficial dos eventos do Município de Sumaré e dá outras providências”. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pareceres do Projeto. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: Justiça e Redação, Educação e Saúde: Parecer favorável; E Redação Final, consta parecer favorável. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Com os pareceres favoráveis, eu coloco em discussão o Projeto de Lei. **“Vereador “Rubens Champam”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: O autor irá discutir. **“Vereador “Rubens Champam”**: Peço permissão para V. Exa., para falar daqui mesmo. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Concedido. **“Vereador “Rubens Champam”**: Até por conta do tempo, no avançar do tempo. Eu, primeiramente, eu quero pedir aqui o voto aos Vereadores presentes, todos os nobres Pares. Aqui é um Projeto simples, Sr. Presidente,, porém, fica instituído o Dia do Motociclista. É uma data comemorativa deles, que não estava estabelecido no município. E eu acho muito importante, porque nós temos vários grupos, hoje, na cidade, que eles querem uma data para comemorar. E não só comemorar, como eles fazem muito evento, a realização de demonstração de motocicleta, a história do motociclista, né, desfile e, entre outros – palestras -. Que vem aí até ajudar na educação e na formação de crianças, jovens, que tem o gosto pela motocicleta. Então, mais uma vez, peço o voto favorável para todos os Vereadores. Obrigado Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Obrigado, Vereador. O Projeto está em discussão. Não havendo oradores, em votação. **“Vereador “Professor Edinho”**: Questão de ordem, Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Edinho. **“Vereador “Professor Edinho”**: A minha máquina está travada, o meu voto é sim. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: Voto favorável, Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Dezoito, com o voto de Vossa excelência, do Vereador Edinho, 18 votos favoráveis, está aprovado o Projeto. Item 3º, da nossa Ordem do Dia. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: Terceiro item, Projeto de Lei número 140. Autoria do Vereador Willian de Souza. “Que dispõe sobre a criação da inclusão, no calendário oficial dos eventos de comemorações do Município de Sumaré, a Semana Municipal: Quebrando o Silêncio. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Os pareceres do Projeto. **“1º Secretário “Décio Marmirolli”**: Justiça e Redação: Favorável; Educação e Saúde: Favorável; E Redação Final: Parecer favorável. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Com os pareceres favoráveis, eu coloco em discussão o Projeto de Lei 140/2018. **“Vereador “Willian Souza”**: Questão de ordem, Sr. Presidente.



“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”: Pela ordem, o autor... **“Vereador “Willian Souza”:** Eu peço permissão a V.Exa, para falar daqui. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Concedido, Vereador. **“Vereador “Willian Souza”:** Sr. Presidente, eu quero pedir o voto dos nobres Vereadores, em favor desse Projeto de Lei, de extrema importância para a Cidade de Sumaré, para que a gente possa fazer a inclusão no calendário oficial de comemorações do município, a Semana do Quebrando o Silêncio. Essa semana engloba um combate assíduo e importante contra a violência das mulheres. Importante dizer que essa Casa tem sido protagonista de diversas leis em defesa das mulheres. A exemplo disso, votamos, recentemente, a Lei da Rota Maria da Penha, do autor Antônio Dirceu Dalben, que foi de extrema importância e elogiada por toda a Região Metropolitana de Campinas, pela coragem e determinação. No final de semana, no domingo, a Cidade de Sumaré foi palco de um lindo ato comandado, principalmente, pela Igreja Adventista, que fizeram pelas ruas da nossa cidade, no distrito do Matão, no centro, em outras regiões, um verdadeiro “quebrando o silêncio”. Diversos cartazes, foram tomando conta das mãos daquelas pessoas, com banda, com uma organização enorme e com uma conscientização de extrema importância. A Igreja Adventista do 7º Dia, ela que está em mais de oito países, desde o ano de 2002, fazendo essa história, que é importantíssima do Quebrando Silêncio. A campanha se desenvolve, Sr. Presidente, durante todo ano, mas as suas principais ações, é no quarto sábado do mês de agosto. Esse é o dia da ênfase contra o abuso da violência. Quando ocorre passeatas nos fóruns, nas escolas, bate-papo com pais, eventos de educação contra a violência, em toda a América do Sul - vale ressaltar a essa Casa -. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a violência responde, aproximadamente, por 7% das mortes das mulheres, entre 15 a 44 anos no mundo. Em alguns países, 69% das mulheres relatam ter sido agredidas fisicamente, e até 47 declaram a sua primeira relação sexual, foi forçada – olha, que grande absurdo -. Por isso, o Projeto tem o objetivo de prevenir e combater a violência contra as crianças, as mulheres e os idosos. Além de orientar as vítimas a buscar ajuda dos órgãos competentes, quebrando o silêncio, assim com o ciclo de violência. A violência doméstica, ela é nutrida pela ignorância, assim para combater esse mal é preciso trazê-la a público, examiná-lo, dar solução necessária. Os cidadãos, em geral, devem se tornar parte da solução, e o primeiro passo é a prevenção e a quebra do silêncio. Isso é muito importante, Srs. Vereadores, esse Projeto é importante para que o Poder Público dê mais forças ainda, valendo salientar e parabenizar o Prefeito Luiz Dalben, que já apoiou com toda a equipe do trânsito - toda a equipe do trânsito, do Semur, a Guarda Municipal -, já deu todo o respaldo. Mas é necessário que a gente reconheça no calendário oficial da cidade. Aqui, em minhas mãos, Sr. Presidente, para que os nobres Pares tenham ciência, eles fazem essa revista, também relatando aqui a importante situação de quebrar o silêncio; e também, quadrinhos aqui infantis para as crianças terem ciência dessa importância, dessa campanha tão importante que a Igreja Adventista protagoniza. Nesse sentido, Sr. Presidente, eu peço o voto favorável. Enquanto, eu fiz essa explicação para os senhores, centenas de mulheres apanharam e foram estupradas no Brasil, de forma lamentável e triste. E nós precisamos avançar com isso, com leis, como do Vereador Antônio Dirceu Dalben, com coragem nossa, com a colaboração nossa, de diminuir o machismo, que existe dentro de cada um de nós. E nós, homens, entendermos que as mulheres não são as nossas propriedades, não é o saco de pancada, e que as crianças também têm que ser preservadas. E que a relação sexual deve ser mantida com uma pessoa, quando ela quiser ou autorizar, e de maneira alguma ter uma violência sexual. E, sobretudo, quando a mulher dizer algo que nós não concordamos, não é na porrada que se resolve, é no diálogo, porque isso é uma atitude covarde, criminosa e anti-bíblica. Como muitas pessoas querem ser religiosos, mas agridem as suas mulheres dentro de casa, depois bota um terno, uma gravata, uma bíblia debaixo do braço e quer demonstrar que é um homem de Deus. Nesse sentido, faço um apelo aqui, para essa Casa transmitir o “Quebrando o Silêncio”, que é um Projeto importantíssimo. No Plenário dessa Casa, Sr. Presidente, existem coordenadores, pastores, líderes



religiosos, dessa importância situação que nós temos. Bem como os desbravadores, que fazem um importante trabalho. Nós tivemos aqui nessa Casa, uma Audiência Pública já, foi uma importante Audiência Pública, onde eles tiveram a questão aqui, para eles poder falar, e hoje, eles nos honram no Plenário com a sua presença. Peço o voto favorável dos Srs. Vereadores. Favorável em homenagem à Igreja Adventista do 7º Dia; favorável às mulheres, que são vítimas de violência; aos idosos, que sofrem; e às crianças. Muito obrigado, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Obrigado, Vereador, o Projeto está em discussão. **“Vereador “Dirceu Dalben”:** Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Vereador Dirceu Dalben, com a palavra. **“Vereador “Dirceu Dalben”:** Quero pedir autorização também, para falar daqui. Quero parabenizar o companheiro, o amigo Vereador Willian Souza, pela iniciativa, muito importante, a nossa cidade reconhecer e ter essa data marcada específica. Quero aqui, saudar todos os membros participantes da Igreja Adventista, pastor que está aqui presente – Cadu -, em nome de vocês, toda a comunidade evangélica que pertence a Igreja Adventista, pelo excelente trabalho realizado, cuidando das pessoas. Saudar também a equipe dos escoteiros, que juntos embelezam, fazem um trabalho tão importante de divulgação na nossa querida Cidade de Sumaré. Eu quero também aproveitar data de hoje, hoje é dia 28 de agosto, e não por coincidência, o Vereador Willian propôs esse Projeto de Lei, hoje, no Brasil comemora-se o Dia Nacional do Voluntário. E vocês também são voluntários, prestando um trabalho, doando de si para o povo. No dia 28 de agosto. E essa data serve para homenagear e destacar o trabalho das pessoas, que atuam como voluntários em diversas causas para o bem da comunidade. E quero, diante disso, parabenizar toda a população pelo trabalho voluntariado. E essa homenagem, faço nesse Projeto de Lei, do Vereador Willian, que muito traduz a importância do voluntariado no Brasil. Meu muito obrigado e que Deus continue abençoando. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Obrigado, Vereador. O Projeto está em discussão. Não havendo mais oradores, em votação. **“Vereador “Willian Souza”:** Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Pela ordem, Vereador Willian Souza. **“Vereador “Willian Souza”:** Sr. Presidente, enquanto os nobres Vereadores fazem os seus votos, eles trouxeram um livro para entregar a cada Vereador, eu peço a permissão a V.Exa, que permita ela entrar no Plenário, para fazer a entrega para os Vereadores. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Vamos, assim que concluir a nossa votação, vamos chamar toda a equipe da Igreja Adventista e os desbravadores para vir fazer uma foto e já faz a entrega do livro. Pode ser, Vereador? **“Vereador “Willian Souza”:** Pode. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Eu pediria que libere o terminal, senão os demais Vereadores não conseguem concluir a votação. **“Vereador “Dirceu Dalben”:** Sr. Presidente, registrar o meu voto favorável, a maquininha cansou de trabalhar, mas nós, não, viu? **“2º Secretário “João Maioral”:** Questão de ordem, Presidente. O meu voto é favorável, pois a maquininha travou aqui. **“Vereador “Sebastião Correa”:** Questão de ordem, Sr. Presidente, a minha também travou. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Com o voto de V.Exa, Vereador Tiãozinho, Dirceu Dalben, João Maioral e... 19 votos favoráveis, está aprovado o Projeto. Antes de terminar a nossa Ordem do Dia, eu convido, então, o pessoal da Igreja Adventista e os desbravadores para a gente fazer uma foto. Os Vereadores, se quiser manter sentado, para a gente poder receber o livro ou, então, cadê a nossa irmã lá? **“Vereador “Dirceu Dalben”:** Sr. Presidente, eu só quero corrigir aqui um ato falho. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Sim, Vereador, pois não. **“Vereador “Dirceu Dalben”:** Eu fui auxiliado aqui pelo nosso 1º Secretário - o Décio -, não é escoteiros, é desbravador. Vocês me perdoa-- **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Fica registrado, Vereador. **“Vereador “Dirceu Dalben”:** A minha falha, eu quero deixar registrado: desbravadores. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Obrigado! Obrigado aos membros da Igreja Adventista e ao grupo de desbravadores da nossa cidade, Deus abençoe. Obrigado pelo livro, que foi entregue a todos os Membros dessa Casa: “O Poder da Esperança”. Terminada a nossa Ordem do Dia, pergunto ao 2º



Secretário... pergunto ao nosso 2º Secretário Vereador João Maioral, se há algum Vereador inscrito na explicação pessoal. **“2º Secretário “João Maioral”:** Não há nenhuma inscrição, Sr. Presidente, para uso da palavra. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Não havendo Vereador para fazer uso da palavra. Eu convido, então, a senhora Elaine Cristina de Oliveira Nunes, para que em 10 minutos faça uso da Tribuna livre. Para falar sobre o tema que a senhora foi inscrita. Vem assinar o livro. **“Vereador “Willian Souza”:** Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Pela ordem, Vereador Willian Souza. **“Vereador “Willian Souza”:** Sr. Presidente, eu solicito que a Secretaria me empreste o protocolo de solicitação da Tribuna, para que esse Vereador tenha em mãos. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”:** Antes da nossa Elaine assumir a Tribuna, passa o protocolo... A senhora tem 10 minutos, Sra. Elaine, para fazer a sua explanação, dentro do tema que a senhora foi inscrita. Ô João, abra o microfone da nossa convidada. **“Sra. Elaine Cristina de Oliveira Nunes”:** Boa noite! Meu nome é Elaine, sou servidora municipal, sou professora, mas eu venho falar em nome da Associação Amor Azul, que é uma Associação de pais, de crianças autistas e com deficiência intelectual, e outras deficiências também, né? Eu também sou mãe de uma criança especial - então, o meu interesse, né, na Associação também é pessoal -. Nas rodas de conversas que nós temos - eu e outras mães -, na Região Metropolitana de Campinas, surgiu a ideia de a gente estar fazendo um tour pela região metropolitana, começando de Sumaré - porque eu moro em Sumaré há 42 anos -. E já passei muita coisa na cidade, já passei muita coisa com o meu filho. Eu vou relatar rapidinho, quando o meu filho era bebê, ele frequentava uma instituição em Campinas e a coordenadora técnica falava para mim: “O que é que a sua cidade oferece para o seu filho? ”. Né? Porque eu sempre falei que eu morava em Sumaré e ela me fazia esse questionamento: “O que é que a sua cidade oferece para o seu filho? ” Né? No fim, ele foi expulso da Instituição, mas está encaminhado. Então, eu não estou aqui para falar do meu filho, eu estou aqui em nome da Associação Amor Azul, para sugerir para os Srs. Vereadores, tentar sensibilizá-los - não que vocês sejam insensíveis -, mas eu acredito que uma situação que a gente não viva, uma situação que a gente não conhece, não tem um apelo, não tem uma ação efetiva. Como já foi me dito por políticos - não vocês, outros -: “Leis têm”. Né? Aliás, no Brasil tem muitas leis, mas a gente sente falta de política pública efetiva para essas crianças, não só para as crianças, mas também para adultos com deficiência. Veja bem, que se houver um investimento agora, em diagnóstico precoce, por exemplo, numa proposta de Inter setorização de Secretarias como, por exemplo, a Secretaria de Saúde e Educação, quando essa criança chega na adolescência, o gasto do município vai ser menor. Porque uma criança, que ela não tem diagnóstico precoce com dois, três anos, uma criança autista, que ela começa a apresentar os sintomas com dois, três anos, quando ela chegar na adolescência ou com sete, oito anos, ela já entra no caso de pervasivo. Ou seja, é muito severo e a atuação da escola, a atuação do professor, fica mais comprometida, né? Então, assim, eu levantei alguns problemas, além de que - eu estou tentando falar rápido, por conta do tempo -. Além da questão médica, né, nós, mães, a gente sofre muito com questão médica. Por exemplo, odontologia, não tem o atendimento odontológico especializado, porque não tem como chegar em uma cadeira do dentista, uma criança especial falar: “Senta e abre a boca”. Né? O dentista, ele precisa ter uma especialização. Não tem! Né? É muito difícil. Então, nós, mães, nós pagamos isso, né? A cada consulta particular é R\$ 100,00. Então, uma limpeza de tártaro, três vezes que vai, fica R\$ 300,00, né? “Ah, não é nada”. Mas para a gente que já tem tanto gasto com essas crianças, é grande, né? Um neuropediatra que é muito bom e que ele precisa de um diagnóstico é R\$ 400,00, né? Eu pago R\$ 400,00 a um neuropediatra do meu filho e as minhas colegas mães, pagam entre R\$ 400,00, R\$ 600,00 em um neuro, em um psiquiatra para atendimento, porque precisa de medicação, né? E medicação não é, não tem como ficar esperando, né, uma consulta no posto, uma consulta com especialista. Então, a gente paga, né? Eu só estou colocando para vocês uma situação que nós, mães, vivenciamos. Em tempo, a Cidade de Sumaré tem 150 anos e eu acredito que



muito já foi feito em relação à educação especial, mas ainda a gente precisa caminhar, nesse sentido, e é esse um dos motivos também, que eu estou aqui. É outro problema que a gente encontra, são os recursos terapêuticos, né? Tem as duas Instituições da cidade - que é a APAE e a Pestalozzi -, oferece esse serviço, mas a gente percebe... eu não sei se tem um limite, se tem uma questão de dificuldade com profissionais. Mas a criança com deficiência intelectual, a criança autista, ela precisa de atendimento terapêutico, fono, T.O, né, fisio, equoterapia, precisa para poder estimular. O diagnóstico precoce, que eu já falei, que daí o diagnóstico precoce propicia a intervenção precoce. E uma, e outra situação que é extremamente importante, que eu faço gratuitamente, porque eu gosto, é o atendimento psicossocial dessas mães, né? Uma mãe... o Vereador Willian falou das questões das mulheres e eu quero levantar aqui, que muitas mães - é pesquisa, tá? -, as mães com filho com deficiência, elas são abandonadas, a maioria, pelos companheiros. Então, ela fica lá com a situação do filho, com a deficiência e sozinha. E, às vezes, ela precisa parar de trabalhar, porque quem é que vai cuidar, né? Então, é uma situação - isso é pesquisa, tá? -. Então, acontece isso. Então, essa mãe precisa de um atendimento psicossocial, né? Uma criança nasceu com Síndrome de Down, ela nasceu, a mãe já vê, os médicos já veem, a mãe já precisa ter um atendimento lá na maternidade, né? Por isso que eu digo que tem que ter uma intersectorização, entre a Secretaria de Educação, a Secretaria de Saúde, para prestar esse atendimento. Outro relato que eu quero fazer para vocês, eu fui no posto, perto da minha casa, vacinar o meu filho, fui muito bem atendida. Só que antes do meu filho tinha uma criança Síndrome de Down, um menino adolescente, as profissionais não souberam lidar com ele, o pai não soube lidar com ele, né? Então, não é maldade, é porque não tem uma formação. Então, a gente... como eu sou da área da educação, tem muito peso na educação, quando fala de educação especial, mas isso precisa acontecer em outras áreas também, a área da Saúde, né? Então, as profissionais correram em cima do menino, três, quatro técnicas para segurar o menino, para poder vacinar, e ele gritando, e aquela situação. Então, precisa de uma preparação, né? Os adultos deficientes, o que faz com ele? O que é que a gente faz? Eles estão trancados dentro de casa, né? Então, precisa ter casas terapêuticas, casas de apoio, precisa ser discutido isso. O que é que faz com os adultos com deficiência, que têm muitos? Eles não são inseridos no mercado de trabalho, né, o que é que é feito com eles? O que é que temos, em nível de políticas públicas, para os adultos com deficiência? As escolas têm sido inclusivas? Né? Pode ser que eu estabeleça esteja dando um tiro no meu próprio pé, porque eu sou servidora, né, pública. Eu trabalho em escola, eu amo o meu trabalho, eu amo trabalhar na Prefeitura, né, trabalho no Estado também, mas eu estou querendo largar, ficar só na Prefeitura - Não estou falando isso, porque eu estou na frente de vocês, eu falo isso para todo mundo, porque realmente o trabalho na Prefeitura, né, na Educação, flui melhor do que no Estado -. Então, mas... eu sempre me questiono: O que é feito na área de políticas públicas, na inclusão, na escola? Precisa caminhar ainda, né? Eu teria muitos apontamentos para fazer, mas o tempo não dá. Quando eu digo que a escola precisa ser inclusiva, ela precisa que o aluno aprenda. Então, eu brigo muito por isso. O aluno precisa aprender. Esse ano mesmo, no começo do ano, eu já briguei, porque uma menina com deficiência intelectual, ela não aprendia e eu falei: "Eu quero que ela aprenda". Então... "Ah, mas a mãe ela é usuária". Eu falei: "Sim, mas ela está aqui. O que eu posso fazer por ela? O que a escola pode fazer por ela? O que elas podem fazer por ela?" Então, a escola precisa ser inclusiva, no sentido mais amplo de, realmente, a criança estar lá para aprender, ela tem a deficiência intelectual severa, mas ela pode aprender. Ela pode aprender a pintar um pano de prato, ela pode aprender alguma coisa, ela pode aprender uma profissão. Então, eu acho que gente precisa pensar nesse sentido, que a escola precisa ser inclusiva para o aluno aprender. Não importa o tipo de deficiência, não importa o que ela tenha, ela pode aprender. Eu acredito no cérebro do ser humano. Outro questionamento que eu faço: Será que as Instituições - APAE e Pestalozzi -, têm sido suficientes para a reabilitação? Né? Então, eu escuto relatos de mães, como eu falei, eu tenho um papel



privilegiado, que eu tenho a deficiência na minha casa e trabalho em escola, então, eu escuto os relatos: “Será que essas Instituições, realmente, têm sido, tem proporcionada a reabilitação?”. Né? Então, tem crianças que são cegas, tem crianças que são autistas... será que é legal estar tudo na mesma instituição? E aí e tenho uma proposta para fazer - porque eu sei que o meu tempo já está acabando, já acabou -. É uma proposta de Comissão Especial de Estudo, sobre esses temas, né? Não sei se vai ser acolhida, mas é uma proposta que eu e as outras mães fizemos para estar estudando todas as questões, né? Eu tenho a esperança de que a minha fala, hoje aqui, plante uma sementinha aqui nessa Casa, com os Srs. Vereadores. Pode ser que não aconteça nada nos próximos meses, o ano que vem, né? Como eu disse, o meu filho está acolhido, eu não estou aqui por ele, eu estou aqui por outras mães, eu falo em nome da Associação Amor Azul. E eu falei para as meninas, hoje, eu falei: “A minha esperança é de que eu vou plantar uma sementinha, né, na Casa e que seja acolhido”. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Um minuto para a senhora concluir. **“Sra. Elaine Cristina de Oliveira Nunes”**: E que seja acolhido essa Comissão Especial de Estudo, para as políticas públicas dessas crianças e adultos. Era isso. Muito obrigada pela oportunidade. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Obrigado a Elaine Cristina. Pergunto se algum Vereador que queira-- **“Vereador “Willian Souza”**: Questão de ordem, Sr. Presidente. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Pela ordem, Vereador Willian Souza. **“Vereador “Willian Souza”**: Sr. Presidente, eu vou pedir permissão, mesmo que tenha poucos, para que eu possa utilizar a Tribuna. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Sim, concedido, Vereador. **“Vereador “Willian Souza”**: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, não quero tomar o tempo, até devido ao horário. Eu quero saudar a professora, que esteve aqui anteriormente, que me antecedeu nessa Tribuna. Mas fazer algumas correções leves, para que essa Casa também e nem o Governo Municipal leve uma culpa, que não é atribuída a nós e é importante dizer. Primeiro, dizer à professora que eu entendo e o seu lugar de fala é extremamente importante, até por ter, na sua própria casa, alguém que precisa da inclusão. Mas corrija-la, porque a Comissão já existe aqui na Câmara Municipal e eu pensei até que a senhora por ler os jornais, acompanhar a vida política, já conhecesse essa Comissão. A Comissão está aqui em minhas mãos, eu pedi para o meu assessor para retirar, para pegar. Inclusive, a dona Mara Dalben, que é Presidente do Fundo Social de Solidariedade, esteve aqui presente conosco, por mais de quatro horas, com todas as entidades, diversas mães, o Plenário lotou aqui e nós pudemos acompanhar a professora aqui - eu não vou conseguir mostrar, mas está à disposição -. Mas, nós temos fotos, atas, inclusive, o Prefeito, no dia, passou por aqui, rapidamente, para poder estar acolhendo. E, nesse sentido, Sr. Presidente, todas as demandas aqui levantadas, Vereador Dirceu Dalben, pela Audiência Pública dessa Comissão, o Prefeito atendeu - Todas! -. Então, rampas de acesso, profissionais em áreas que não tinha. Então, sinto muito que a professora não estava presente na Audiência Pública, e talvez todas as solicitações já teriam sido andadas. Porque, às vezes, um grupo pensa diferente, outro grupo pensa de outra maneira, sempre a pessoa quer incluir algo a mais. E esses espaços é importante que sejam usados. Então, foi noticiado em todos os jornais, foi colocado edital tem várias situações. Inclusive, a escola que a professora dá aula, foi colocado em cartaz convidando as pessoas para vir participar, propositivamente, para a gente poder ter uma solução. Nesse sentido, a Audiência Pública também criou um grupo de auto defensores, que é muito legal. Que os autos defensores, eles vêm aqui com frequência, várias pessoas que tem vários tipos de especialidades. E eles vem aqui, tomam o Plenário, e traz propostas de Lei. Inclusive, o seu Acelino, que é vizinho de V.Exa. lá no Matão, ele é cadeirante, inclusive hoje, ele está no Rio de Janeiro, fazendo uma palestra da excelência do serviço da Pestalozzi em Sumaré, levando para lá a excelência do serviço que é de extrema importância. E o Sr. Acelino, já trouxe quatro propostas de Lei, Vereador Ulisses, aqui para essa Casa. E nós já estamos estudando com a Comissão para ser implantado. Sobretudo, na questão do autismo, só essa Legislatura já aprovou quatro Projetos de Lei. O Prefeito Luiz Dalben, inclusive, já disse de alguns mecanismos importantes.



E aproveito também, para comunicar à professora, que a Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde abriu uma licitação para que uma empresa seja contratada na especialização e na pós-graduação dos formadores, tanto da Saúde como da Educação, para que eles tenham mais conhecimento e mais especialidade. Então, eu só quero dizer aqui que é muito importante essa fala, e quero aqui fazer uma defesa extrema e total da Pestalozzi, que eu conheço de perto, que eu acompanho a Pestalozzi, já fizemos Audiência Pública, Sessão Solene, um trabalho espetacular. E lembrar, também, que no Governo passado, não tinha nem o repasse para as entidades. Estava completamente defasado os valores, sobretudo, tinha entidade que ficou até oito meses sem receber. E, infelizmente, tivemos muita pouca união para cobrar. Alguns Vereadores aqui, cobrava - esse Vereador, ainda, não era Vereador, mas vinha em várias manifestações -, e poucas pessoas puderam usar a Tribuna, inclusive, para cobrar o Governo da Sra. Cristina Carrara, nesse sentido. E quero lembrar que o gabinete desse Vereador pediu para os Parlamentares da Região Metropolitana de Campinas, para que destinasse uma verba para a Pestalozzi, para que a gente pudesse ampliar um pouco desses serviços. E nenhum dos Parlamentares, infelizmente, mandou nenhum real de recurso para a Pestalozzi. Isso foi uma forma muito lamentável, que a Pestalozzi precisa desse serviço. E ainda assim, acrescento que a Pestalozzi abriu mais uma área enorme, que a Prefeitura, inclusive, está ajudando, que tem um material lá, Vereador Dirceu Dalben, Presidente, a Mesa Diretora, que é a única Pestalozzi do Brasil que possui em Sumaré, que é um trabalho de extrema importância, inclusive, eu convido a todos para participar. Então, eu, na verdade, uso a Tribuna apenas para dormir com a consciência muito tranquila e também tirar esse peso das costas do Prefeito Luiz Dalben e dos demais, porque nós temos cumprido. E para fazer um convite à professora, para que participe mais ativamente dos trabalhos dessa Casa e possa trazer as propostas para a Comissão de Direitos Humanos e dos Autos Defensores, para que seja proposta, completamente, contundentes e não fora de tempo, para que a gente não possa sobrar dúvida na cabeça das pessoas. Muito obrigado. Sr. Presidente. **“Vereador “Dirceu Dalben”**: Em tempo ainda, Vereador. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Vereador Dirceu com a palavra. **“Vereador “Dirceu Dalben”**: Então, eu vou usar a Tribuna. **“Sr. Presidente “Joel Cardoso da Luz”**: Lembrar que o Prefeito Luiz Dalben fez um convênio com a São Leopoldo Mandic, e vai ter a parte de odontologia. Espero que a gente consiga, né, Dirceu? Atender essas crianças. **“Vereador “Dirceu Dalben”**: Eu sei que não cabe o aparte, mas como nós estamos no final da Sessão, até para resumir. Mas venho aqui à Tribuna para agradecer a professora Elaine - não sei se ela está em Plenário ainda com a sua família -, a Miriam nossa, da família, a dona Quitéria, o Luiz, nós conhecemos desde criança, ali na Região do Matão, comunidade Santo Antônio, as quermesses, né? As batatinhas fritas. E a gente conviveu ali muito anos. Dona Mara, minha esposa, sua mãe, dona Maria, baixinha financiada, sempre trabalhando ali, e a gente sabe a luta para a gente conquistar as melhorias nos bairros. Não tinha transporte, não tinha rede de esgoto, não tinha água encanada, não tinha escola, não tinha asfalto, não tinha linha de ônibus. Quantas vezes tinha que paralisar lá a Emílio Bosco - era a sua terra, viu, Dr. Marcio? -. Era um areião, era um eucalipto que plantava. E nós, praticamente, meninos, crianças - eu era bem jovem ainda -, crescemos ali, e vimos aquilo lá - né, Helinho? -. Virar a cidade. O Willian, menino, veio para lá ainda criança - o Ronaldo já foi embora -. Mas eu quero me... ser solidário com a causa, com a entidade, o Amor Azul, e dizer que nós entendemos e sabemos da dificuldade da sociedade, em geral, no nosso país, nos nossos estados com a questão dos atendimentos básicos. O Vereador Willian foi muito feliz aqui, eu quero parabenizá-lo, Vereador Willian, pelo trabalho que Vossa excelência, e os Pares realizaram aqui. Eu acompanhei, não estava aqui na Casa ainda, estava um pouco como voluntário, depois um pouco como Secretário de Governo. E a gente pôde participar de algumas audiências, Vereador Rudinei, e ver a participação popular, as pessoas participando e juntos elaboramos ideias, e políticas para a inclusão, para atender, para melhorar. Mas nós sabemos que não tem condições de resolver tudo ao mesmo



tempo, mas grandes passos já foram dados, foram melhorados. Hoje, nós temos o Centro da Mulher - a Casa Rosa -, que até, então, não tínhamos nem onde as mulheres pudessem se socorrer no atendimento discreto, privado, dentro do Poder Público para ela reclamar das necessidades dela, do abuso, da situação de perigo que ela corria. Hoje, nós temos dois Centros da Criança, com atendimento todo especial - dois inaugurados, recentemente, no aniversário da cidade -, onde acolhe e atende as crianças. E estamos agora para entregar e inaugurar o Centro da Mulher aqui, no especialidades, mais uma unidade. Entregamos também, o Prefeito Luiz Dalben, o Centro de Longevidade, todo atendimento à terceira idade, a Melhor Idade - com pilates, cardiologista, médicos, enfim -. Estamos agora concluindo, o Presidente da Câmara acabou de anunciar, uma parceria com a sociedade São Leopoldo Mandic, que tem faculdades de odontologia, e justamente para qualificar e trazer para cá, uma especialização na área, justamente, de atender essa grande demanda que tem em todas as regiões, e Sumaré não fica fora. Mas, com certeza, essa Casa de Leis já vem trabalhando, os Vereadores vêm trabalhando, a Ação Social, a Secretaria de Ação Social está desenvolvendo um trabalho. Conseguimos avançar muito - como a própria professora colocou aqui -, mas sabemos que temos que avançar muito mais. Mas aqui, eu quero fazer um testemunho do descaso do Estado, Vereador Willian. Cada vez mais, o Estado passa a responsabilidade para os municípios, Vereador Hélio, Presidente Joel. Passa a responsabilidade para o Poder Público Municipal. Passa a responsabilidade para o pai e a mãe de família. E os impostos que são recolhidos nos municípios, 50% fica com o Governo do Estado, 25% com o Governo Federal. E com apenas 25% o Governo Municipal tem que dar conta de atender todas as demandas. E sem aumentar impostos, porque sabe que o contribuinte de Sumaré e de todas as cidades do país, já estão assoberbados de pagar impostos, impostos e na ver o retorno. É importante nós nos unirmos, sim, e exigir de volta para Sumaré, o que é nosso por direito. O povo já recolheu, o povo já arrecadou para o Governo. Mas cada vez mais o Governo foge das responsabilidades, Vereador Willian. É na Educação - está aqui o testemunho da educadora, profissional da Educação -, que mesmo com todas as dificuldades do município, ainda está melhor a rede de Educação Municipal do que a do Estado. E fico muito feliz! Porque foi em 98, 1998, na primeira gestão, Ulisses e você fazia parte do Governo, o seu partido era a base, era o vice-Prefeito, nós implantamos e fizemos a municipalização na Educação, que é onde abriu vagas, que construímos escolas, fizemos concursos, vários professores hoje, trabalham em Sumaré, graças a Deus. E essa municipalização que tivemos na Educação, na Cidade de Sumaré, criando mais de mil vagas - entre professores, auxiliares, merendeiras, recreacionista - e abrimos mais de 10 mil vagas para os alunos que antes não tinha. Mas é muito importante saber que a população está atenta e essa Câmara já está trabalhando nesse Projeto. Agradeço muito, Vereador Willian Souza, pelo seu trabalho, pela sua dedicação. Em seu nome, agradecer todos os Vereadores dessa Casa. E saber que vossa excelência, já antecipando, já tem esse trabalho. E sabendo que o Prefeito Luiz Dalben - boa parte disso, já atendeu -. E também quero fazer aqui uma defesa - não que a Pestalozzi foi criticada aqui pela professora, pelo contrário, ela elogiou -. O que ela disse aqui e o Vereador Willian Souza confirmou, o esforço da Pestalozzi, do atendimento que faz. Mas depende de verba Municipal a grande parte, poucos repasses vem da união e do Estado, e cada vez, criam mecanismo de Lei Estadual, Lei Federal que dificulta, mais ainda, os convênios. E, muitas vezes, teve que fazer um chamamento, que aparece aí empresas, não tão qualificadas, e atrasa o processo. Porque você tem que ficar analisando para que não entreguem um trabalho, tão importante, para algum oportunista que aparece e monta uma entidade, e vem aqui, pensando só no faturamento. E lembrar que o Prefeito Luiz Dalben, assim que assumiu, estava atrasado os repasses das entidades, quitou, deu reajuste do valor já repassado e continua trabalhando para melhorar. Mas é a união de esforços. E, principalmente, Sumaré tem que se unir, Sumaré tem que se unir, porque nós temos que exigir o que é nosso, nós arrecadamos muito, e o Governo Estadual e o Governo Federal ficam com a maior fatia do bolo e não manda nada para nós. E



CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

ESTADO DE SÃO PAULO

a população só tem a quem recorrer, Rudinei? Ao Vereador, Willian, que está aqui perto deles, ao Prefeito. Porque o Governador e o Presidente, só aparece aqui a cada quatro anos na época de eleição com segurança, entra ali, dá uma voltinha na Sete de Setembro, toma uma xicrinha de café, pega na mão e vai embora. Para quem o povo vai cobrar? Para quem o povo vai reclamar? É para essa Casa, é para a Prefeitura. Mas, muitas vezes, nós não temos condições de atender tudo que precisa, porque mesmo o que nós arrecadamos, parte não fica aqui. Então, nós temos que entender de orçamento; temos que entender de Lei de Responsabilidade Fiscal; tem que entender de que você não pode gastar mais do que se arrecada, mesma coisa na casa da gente. Às vezes, a gente quer fazer algo melhor para o filho, quer atender melhor, mas se você não tem condições, você tem que ir trabalhando e planejando. Mas só dizer que o Centro de Especialidade, o Prefeito ampliou vagas, contratou mais profissionais. Eu fiz um relato aqui, há um mês atrás, da quantidade de vagas, Ulisses, que ficavam sobrando, por quê? Pessoas marcavam consulta, inclusive, neurocirurgião pediatra, cardiologista pediatra, coisa que nunca teve, hoje, tem com vaga. E algumas pessoas marcam consulta e não ligam depois cancelando, para poder colocar outro e, muitas vezes, o profissional está lá para atender, durante o dia, uma demanda de 20, 30 consulta, atende três, quatro, porque o demais não vem e não avisam, e poderiam outros ser chamados. E nós temos profissionais da Saúde, que estavam aqui ou continuam aqui, que são testemunha disso. Mas é muito importante, a população participar, toda a terça-feira tem Sessão. É importante o povo vir - já concluo, Sr. Presidente -, é importante o povo vir, até para saber quem é o Vereador que está trabalhando, quem é o Vereador que está atuando, quem é o Vereador que fica até o final da Sessão aqui para atender, para ver. Porque é muito fácil um Vereador, às vezes, ou alguém criticar a Câmara, ou ir lá fazer uma *selfie* ou uma filmagem, e falar isso, aquilo e o povo não vem aqui, e não sabe quem realmente está ralando, quem está preocupado, quem está falando a verdade, quem está botando a cara para a população sentir. Eu quero aqui encerrar, mais uma vez, agradecendo a professora pela sua coragem, pela sua dedicação. Eu sou solidário à sua fala, pode contar com esse Vereador, com todos os Vereadores aqui da Casa. Nós vamos encaminhar sim, todas essas reivindicações, junto com o material, que o Vereador Willian e a Comissão já têm. E, certamente, dentro de pouco tempo e alguns anos, nós vamos avançar muito mais. Mas o importante é a gente cobrar também dos nossos representantes. Porque é comum se elegerem com os votos da cidade e depois somem daqui. Não aparecem mais e a conta fica para o povo pagar, e para nós aqui, e a população. Principalmente, a nível de Governo Federal e de Governo Estadual. É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos. **"Sr. Presidente "Joel Cardoso da Luz":** Obrigado, Vereador. Pergunto se tem mais algum Vereador, que queira fazer uso da palavra? Não havendo mais nada a tratar, agradeço a Deus por mais um dia de trabalho e declaro encerrada a nossa Sessão Ordinária, do dia 28 de agosto de 2018, às 22 horas e 44 minutos. Deus abençoe a todos e uma boa noite! "Nada mais havendo a tratar, a Presidência dá por encerrada a presente Sessão Ordinária, cuja ata, se aprovada, irá assinada pela Mesa Diretora dos Trabalhos. Câmara Municipal de Sumaré, 28 de agosto de 2018.



Presidente



1º Secretário



2º Secretário